The background of the cover features a halftone-style photograph of a modern building with three prominent, multi-story, cylindrical towers. The image is rendered in a monochromatic orange and brown color palette. The text is overlaid on the lower right portion of the image.

20 RELATÓRIO
21 ANUAL

Coordenação-Geral: Caroline Vaz, Subprocuradora-Geral de Justiça de Gestão Estratégica
Janine Borges Soares, Coordenadora do Escritório de Gestão Estratégica e Projetos

Responsável Técnica: Cristina Oliveira, Coordenadora do Gabinete de Comunicação

Organização: Escritório de Gestão Estratégica e Projetos e Gabinete de Comunicação

Projeto Editorial, Gráfico e Diagramação: Gabinete de Comunicação

Rio Grande do Sul. Ministério Público.

Relatório anual 2021 / organização: Escritório de Gestão Estratégica e Projetos,
Gabinete de Comunicação. – Porto Alegre: Procuradoria-Geral de Justiça, 2022.
139 p.

1. Ministério Público – Rio Grande do Sul – Relatórios. I. Título. II. Escritório de
Gestão Estratégica e Projetos. III. Gabinete de Comunicação.

CDU 347.963(816.5)(047)

Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca da Procuradoria-Geral de Justiça

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL
Procuradoria-Geral de Justiça

Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80, Porto Alegre - RS - 90050-190

Telefone (51) 3295-1100

E-mail geral pgj@mprs.mp.br

- **MARCELO LEMOS DORNELLES**
Procurador-Geral de Justiça
- **ANGELA SALTON ROTUNNO**
Subprocuradora-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos
- **BENHUR BIANCON JUNIOR**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos
- **JÚLIO CÉSAR DE MELO**
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais
- **CAROLINE VAZ**
Subprocuradora-Geral de Justiça de Gestão Estratégica
- **RICARDO SCHINESTCK RODRIGUES**
Secretário-Geral do Ministério Público
- **MARCELO LISCIO PEDROTTI**
Corregedor-Geral do Ministério Público
- **EVA MARGARIDA BRINQUES DE CARVALHO**
Subcorregedora-Geral do Ministério Público

SUMÁRIO

SUMÁRIO

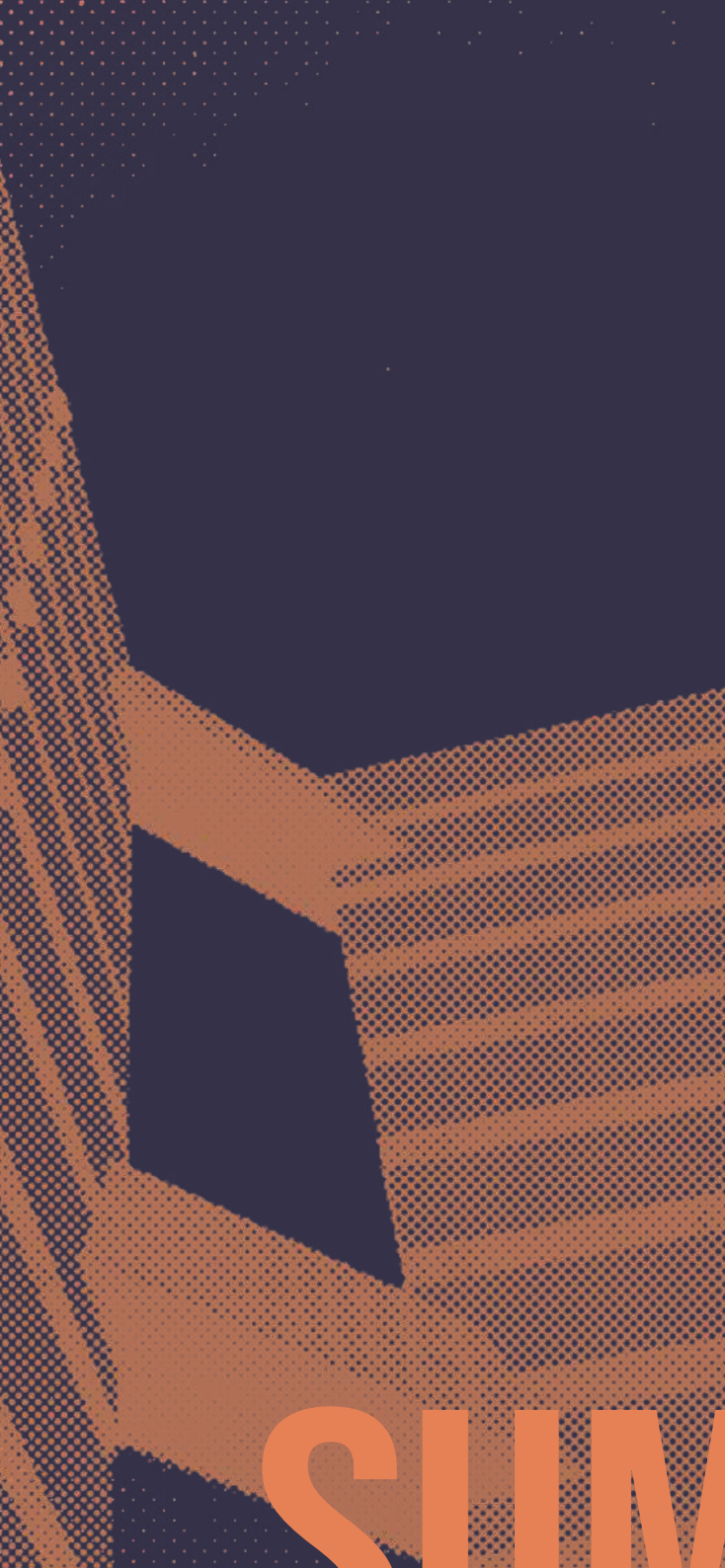
06 APRESENTAÇÃO

08 QUEM SOMOS

12 NÚMEROS DA ATUAÇÃO

30 GESTÃO INSTITUCIONAL

42 MEDIAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

- 
- 48 CRIMINAL**
 - 80 PATRIMÔNIO PÚBLICO**
 - 88 CONSUMIDOR**
 - 96 INFÂNCIA E JUVENTUDE**
 - 104 DIREITOS HUMANOS**
 - 110 MEIO AMBIENTE E
ORDEM URBANÍSTICA**
 - 120 APROXIMAÇÃO COM A SOCIEDADE**
 - 128 GESTÃO ADMINISTRATIVA**

SUMÁRIO

APRE- SENTA- ÇÃO

A transparência é pilar fundamental de toda organização pública que pretende garantir sua legitimidade social, razão pela qual o Relatório Anual configura-se em oportunidade para o Ministério Público do Rio Grande do Sul colocar à disposição de toda a sociedade gaúcha informações que permitam a avaliação das ações desenvolvidas ao longo do ano, bem como dos resultados alcançados. A busca por um Ministério Público mais ágil e resolutivo segue nos guiando e determinando prioridades na gestão e na atuação.

Para seguirmos evoluindo, acompanhando as mudanças e transformações da contemporaneidade, em 2021, fizemos um novo planejamento estratégico para conduzir a instituição até 2029. O atual Mapa Estratégico do MPRS contempla, além da missão, visão e valores, objetivos estratégicos transversais que consagram um ideal de integração e unidade, considerando não apenas as diferentes áreas de atuação, como também todos os estados do país. É a materialização de uma crença daqueles que nos antecederam na instituição: o Ministério Público brasileiro é mais forte quando todas as suas partes atuam juntas, especialmente em momentos de crise, quando estão ameaçados os direitos dos mais vulneráveis ou a própria democracia.

Neste relatório, além dos números, elegemos alguns exemplos de atuação para representar o trabalho de todos. Ainda atravessado pelos impactos da pandemia da Covid-19, o ano foi marcado pelo retorno gradual das atividades coletivas. É possível identificar, especialmente nos capítulos dedicados às áreas dos Direitos Humanos e da Infância e Juventude, a atuação do MP para garantir

que esta retomada ocorresse com segurança, dentro do que estabelece a lei.

Para contar nossa história em 2021, criamos o capítulo Mediação e Solução de Conflitos. Nos últimos anos, essa forma de atuação vem promovendo uma verdadeira mudança na cultura da instituição. Sejam estruturadas pelo Mediar-MP, núcleo criado especialmente para este fim, ou utilizadas como alternativa pelos promotores de Justiça em suas comarcas em casos de maior complexidade, as técnicas autocompositivas mostram resultados concretos e ganham cada vez mais adeptos.

O Relatório Anual mostra os impactos da atuação do MPRS na área criminal, com investigações relacionadas à sonegação fiscal, lavagem de dinheiro e corrupção, sempre uma prioridade para o Ministério Público. Atuamos com firmeza no enfrentamento de esquemas que lesam a administração pública. Foram centenas de investigações e ações ajuizadas que resultaram no desmantelamento de quadrilhas responsáveis pelo desvio de recursos que deveriam ser utilizados para garantir à população serviços de saúde, educação, transporte, limpeza urbana, entre outros.

Destaca-se, ainda, o júri da boate Kiss. Depois de quase nove anos de atuação para garantir que os responsáveis fossem julgados pelo Tribunal do Júri, o Ministério Público defendeu em plenário as vítimas dessa tragédia, garantindo a condenação e a prisão dos culpados.

Ainda, com a sustentabilidade como norteador da atuação, o MP ajuizou cerca de 300 ações civis públicas em defesa de um meio ambiente preservado e para assegurar a qualidade de vida nas cidades. Porém, maiores ainda foram os números de recomendações expedidas e os acordos firmados extrajudicialmente, mais de 1,6 mil no total. Comparados, estes dados ilustram a opção que fizemos por uma atuação preventiva e pela mediação de conflitos. Mas é o conjunto de resultados da atuação de promotores e procuradores de Justiça, com o apoio dos servidores, em todas as áreas e entrâncias, que materializa o acerto dessa escolha.

Sem jamais abdicar de sua obrigação constitucional de fiscal da lei, órgão interveniente e demandante perante o Poder Judiciário, o MPRS acredita cada vez mais na escuta ativa e no diálogo para resolver conflitos, assim como aposta na união entre as instituições e Poderes para enfrentar problemas de elevada complexidade e impacto social.

Tenho certeza de que essas crenças e diretrizes da instituição estão traduzidas e poderão ser conferidas nas páginas a seguir. Mais do que uma obrigação legal, é uma grande satisfação dividir com todos os gaúchos os resultados e conquistas do MPRS em 2021.

MARCELO LEMOS DORNELLES
Procurador-Geral de Justiça

QUEM SOMOS

O Ministério Público defende os interesses sociais, coletivos e individuais indisponíveis, além de zelar pela correta aplicação da Constituição Federal, das leis e pela garantia do Estado Democrático de Direito. Cabe-lhe a defesa daqueles interesses da coletividade, ou seja, de todos os cidadãos, como o direito à saúde, à educação e ao meio ambiente preservado, por exemplo. Também é função do Ministério Público, a defesa da vida, dos direitos das crianças, adolescentes, idosos e incapazes. Como instituição autônoma e independente, não está subordinado nem pertence aos Poderes Executivo, Legislativo ou Judiciário, o que lhe garante autonomia para fiscalizar o cumprimento da legislação, tanto na esfera pública como na privada.



NOSSOS COMPROMISSOS COM A SOCIEDADE

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis.

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e à criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas.

VALORES

- Resolutividade
- Transparência
- Proatividade
- Inovação
- Cooperação

NOSSAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Para cumprir a missão, o Ministério Público atua em três grandes áreas: criminal, especializada e cível.

CRIMINAL

Na área criminal, o MP desempenha o seu papel tanto como titular da ação penal pública, tendo a prerrogativa exclusiva do oferecimento de denúncias quando houver indícios de autoria e prova da materialidade de crimes, quanto como condutor do procedimento investigatório criminal, seja de forma isolada, seja em colaboração com outras forças de segurança pública, buscando enfraquecer práticas criminosas como a do crime organizado, por exemplo.

- Crimes
- Jecrim
- Júri
- Execução Penal
- Investigação Criminal

ESPECIALIZADA

Já na área especializada, o MP atua na proteção de direitos difusos e coletivos, nas mais diversas temáticas, entre elas, infância e juventude, direitos humanos, meio ambiente, ordem urbanística, consumidor e patrimônio público.

- Direitos Humanos
- Infância e Juventude
- Meio Ambiente
- Ordem Urbanística
- Consumidor
- Patrimônio Público

CÍVEL

Em sua atuação cível, a instituição age como órgão interveniente – fiscal da lei – em processos judiciais de interesse público e que envolvem o interesse de incapazes, como crianças, além de idosos e pessoas com deficiência em situação de vulnerabilidade.

- Fazenda Pública
- Família e Sucessões
- Registros Públicos

A atuação do MP conta com os seguintes instrumentos:

JUDICIAIS

- Ação Civil Pública
- Denúncias
- Atuação em processos judiciais

Como parte ou como fiscal da lei

EXTRAJUDICIAIS

- Investigações
Inquéritos civis
Procedimentos investigatórios criminais
- Procedimentos administrativos
Acompanhar instituições e políticas públicas
- Acordos
Compromissos de ajustamento de conduta

QUEM TRABALHA NO MINISTÉRIO PÚBLICO?

562

Promotores de Justiça

Exercem as atividades extrajudiciais e judiciais em primeira instância.

118

Procuradores de Justiça

Zelam para a correta aplicação da lei na defesa dos direitos dos cidadãos perante os Tribunais de Justiça, Militar, Junta Comercial e Tribunais Superiores.

2.290

Servidores

1.422

Estagiários

903

Terceirizados

Atuam em funções técnicas, administrativas e de assessoramento.

Ao todo,

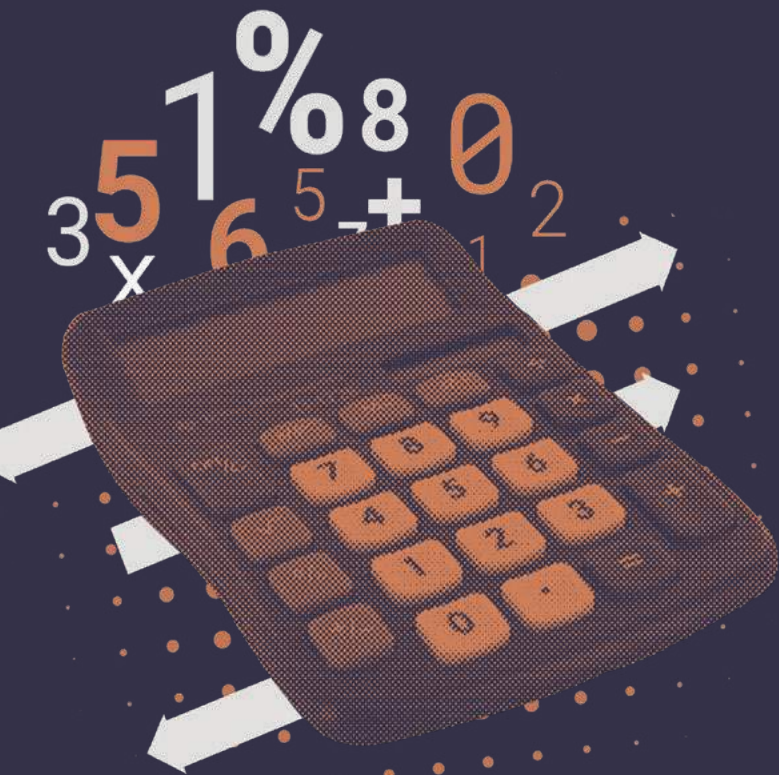
5.295

Pessoas
trabalham em

164

Comarcas na Capital e no Interior do Estado, para cumprir a missão constitucional do MPRS junto à sociedade gaúcha.

NÚMEROS DA ATUAÇÃO



Em 2021, o MPRS atuou em mais de 1,5 milhão de processos judiciais, nas esferas cível e criminal, em primeira e segunda instâncias. Na área criminal, recebeu em torno de 408 mil procedimentos policiais, instaurou 630 procedimentos investigatórios criminais e efetuou aproximadamente 14,7 mil denúncias. Na atuação extrajudicial, foram instauradas 5,5 mil novas investigações, 20,8 mil procedimentos administrativos para acompanhamento de questões individuais, relativos a serviços prestados por instituições e implementação de políticas públicas, além da atuação nos expedientes de anos anteriores que ainda tramitam. Também foram firmados 2 mil acordos extrajudiciais e expedidas 1,9 mil recomendações.

Em 2021, O MPRS atuou em:

1,5 MILHÃO

processos judiciais

408 MIL

procedimentos policiais

630 procedimentos
investigatórios
criminais

14,7 MIL denúncias

Na atuação extrajudicial:

Foram instaurados

5,5 MIL

novas investigações

20,8 MIL

procedimentos administrativos

Firmados

2 MIL

acordos extrajudiciais

Expedidas

1,9 MIL

recomendações

ATUAÇÃO EM PRIMEIRO GRAU

CRIMINAL

PROCEDIMENTOS POLICIAIS



408.802
PROCEDIMENTOS POLICIAIS RECEBIDOS



115.908

INQUÉRITOS POLICIAIS RECEBIDOS

*Há, ainda, outros 55.926 inquéritos policiais que não estão incluídos no gráfico.



239.242

TERMOS CIRCUNSTANCIADOS RECEBIDOS

*Há, ainda, outros 120.826 termos circunstanciados que não estão incluídos no gráfico.



14.691

DENÚNCIAS OFERECIDAS

*Há, ainda, outras 5.386 denúncias, que não estão incluídas no gráfico

INVESTIGAÇÕES CRIMINAIS DO MP



630

**PROCEDIMENTOS INVESTIGATÓRIOS
INSTAURADOS**

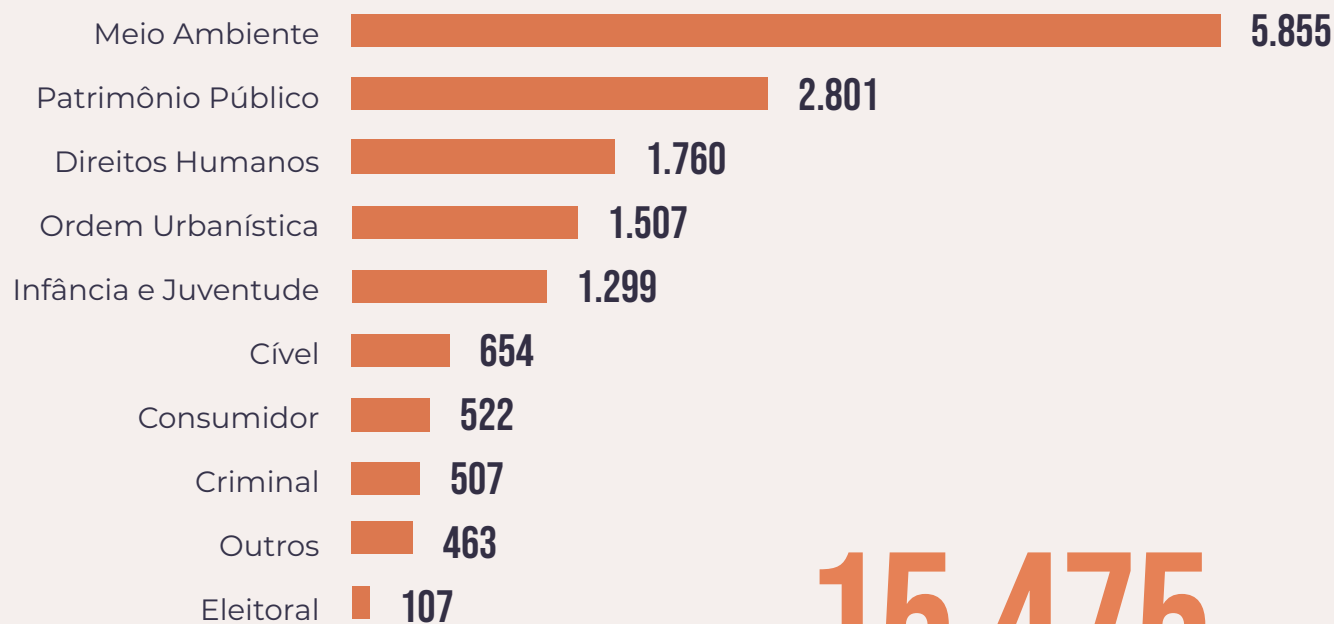
*Os 310 principais estão destacados no gráfico

ATUAÇÃO JUDICIAL

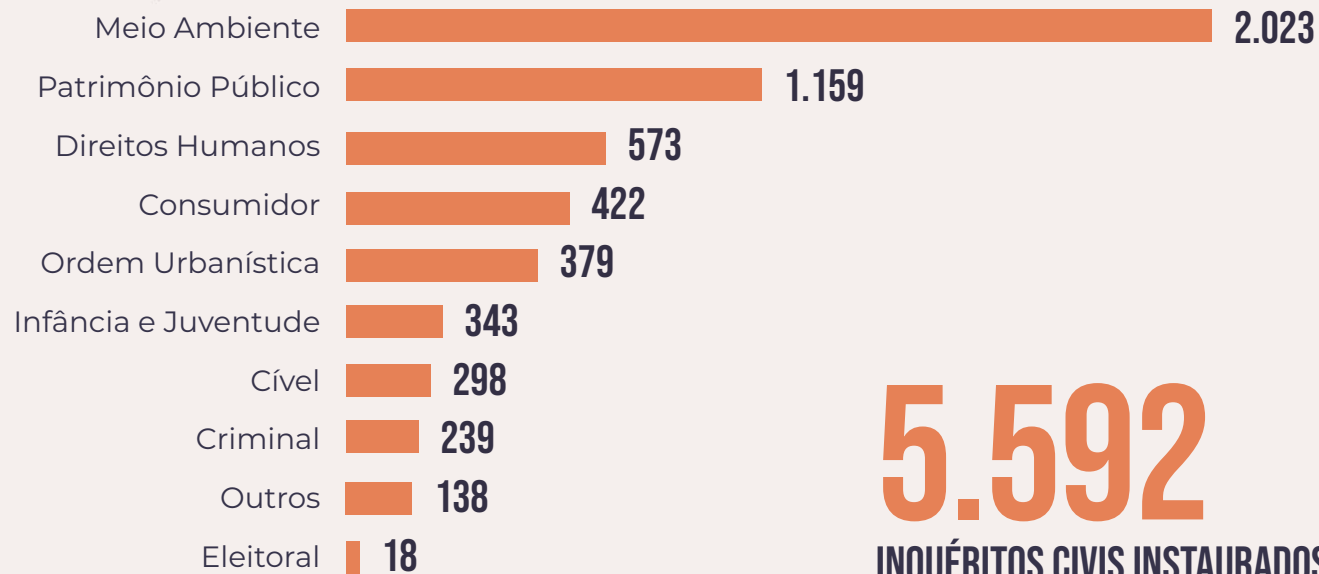


CÍVEL E ESPECIALIZADA

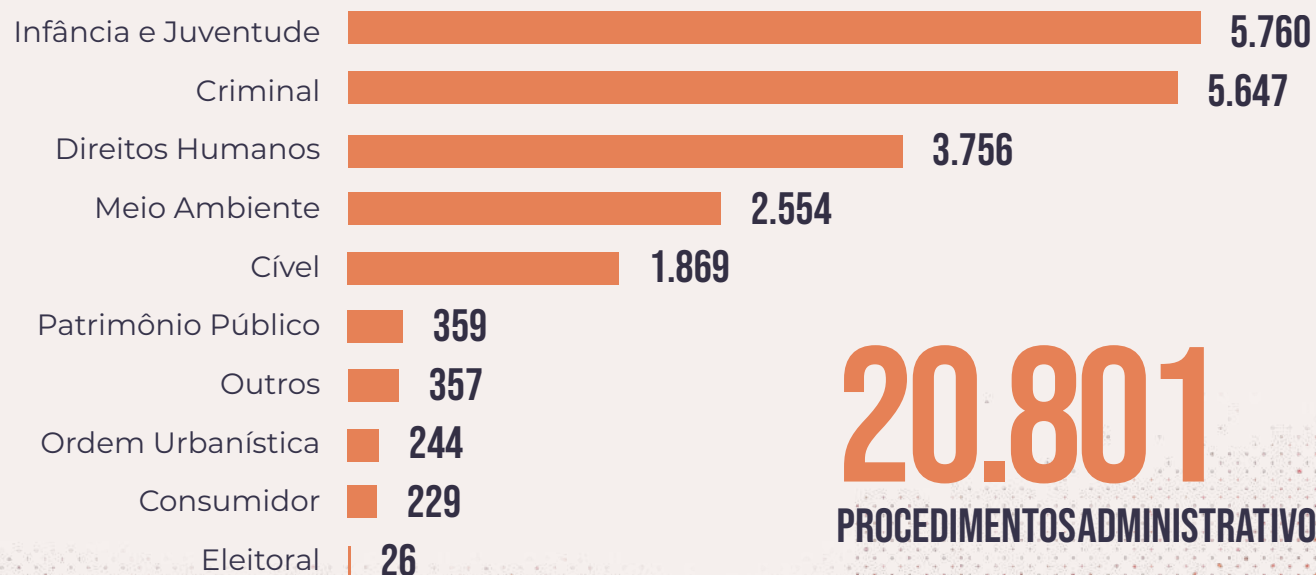
INVESTIGAÇÕES



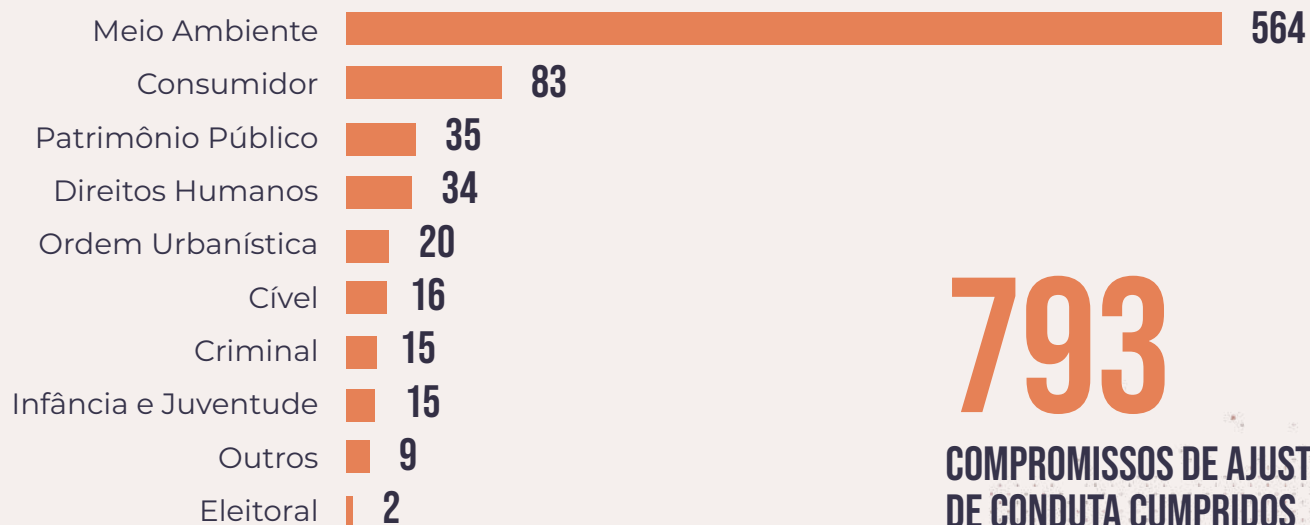
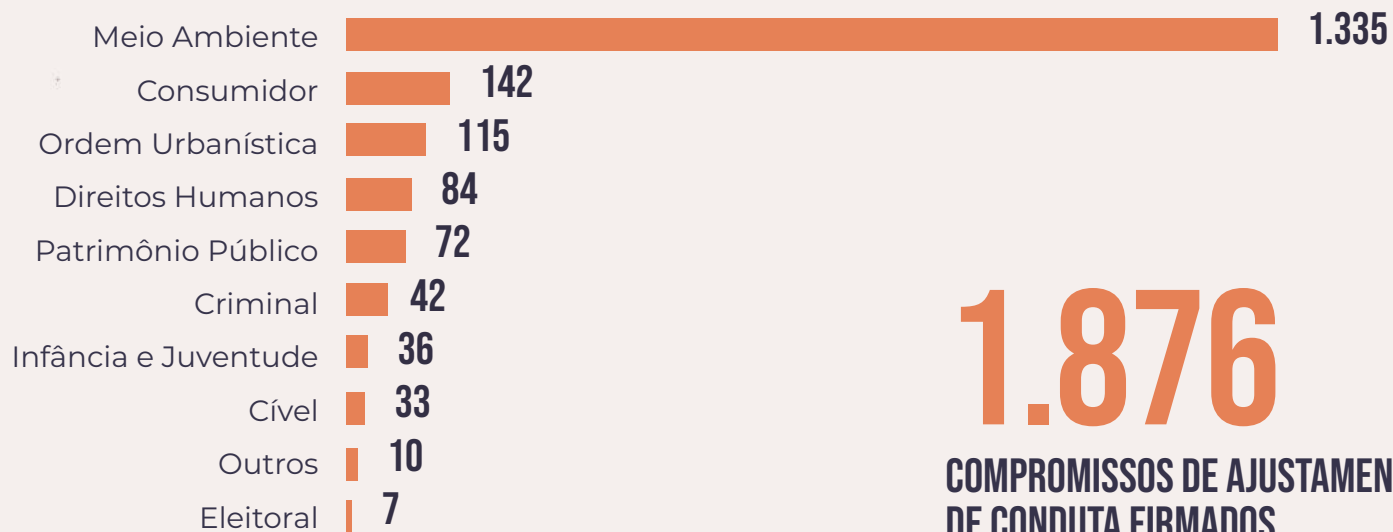
15.475
INQUÉRITOS CIVIS EM TRAMITAÇÃO



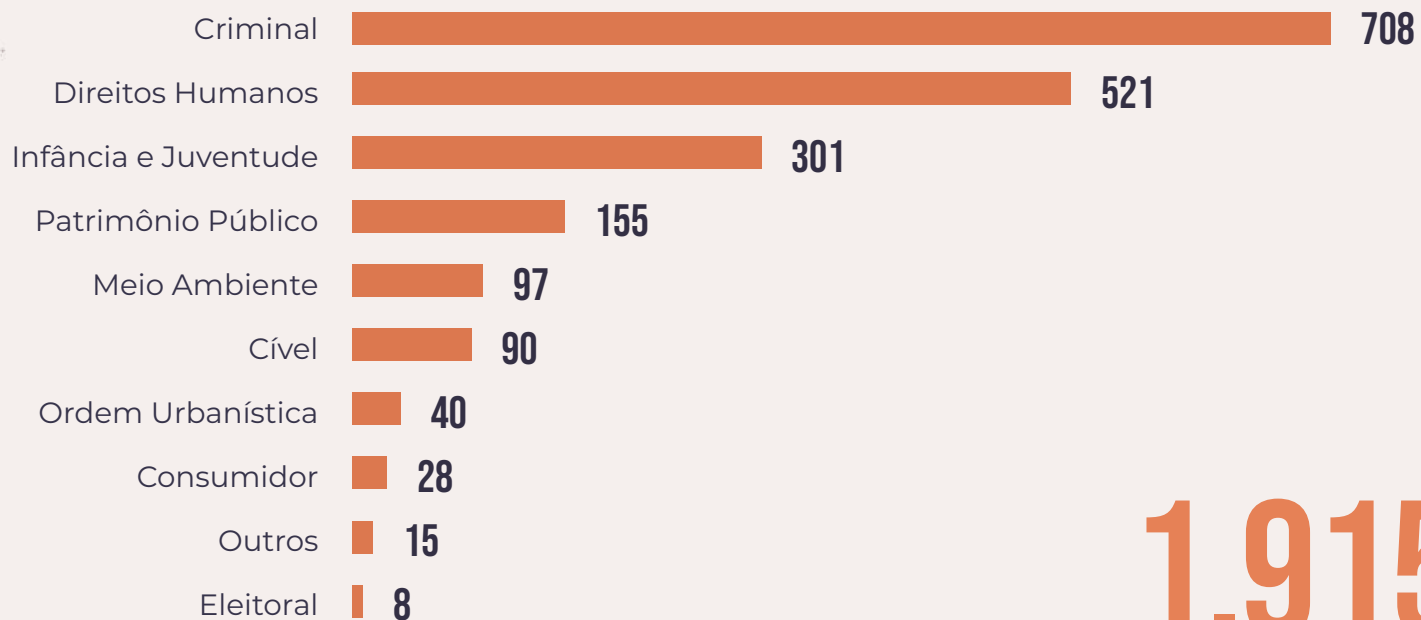
PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS



ACORDOS EXTRAJUDICIAIS

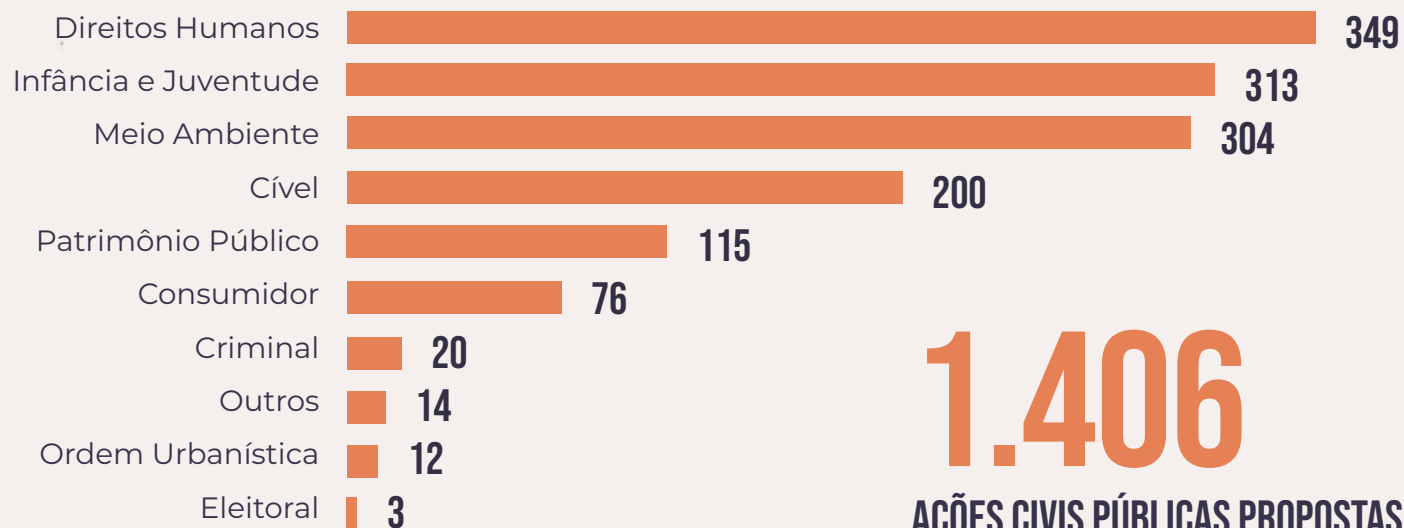


RECOMENDAÇÕES

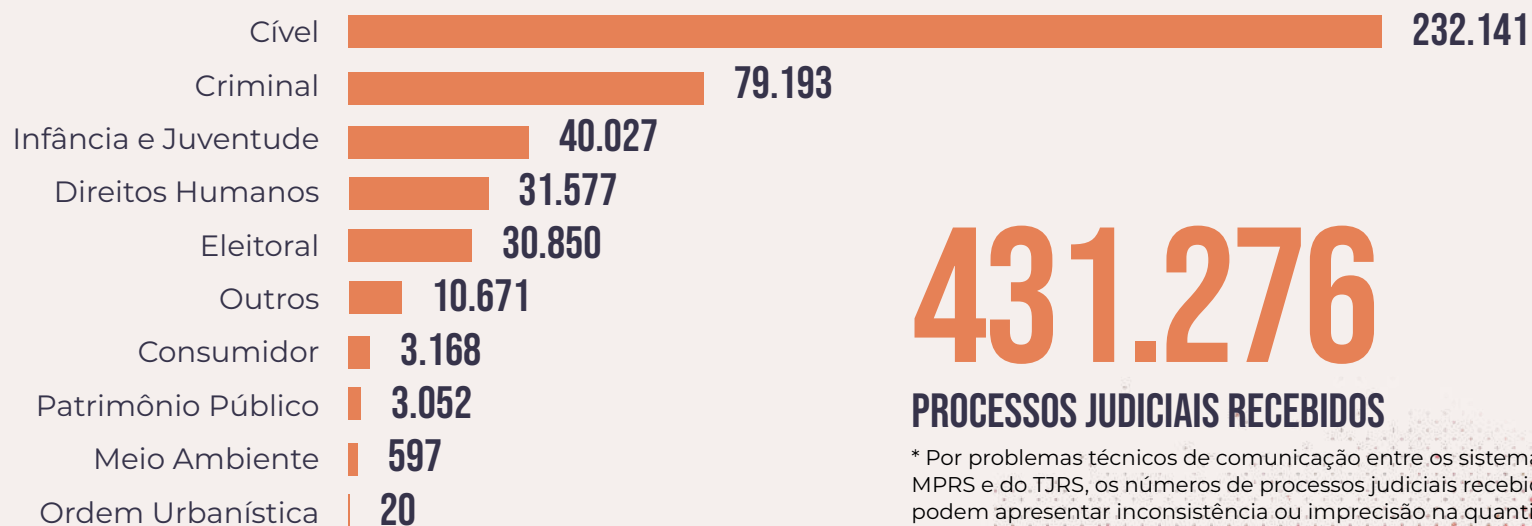


1.915
RECOMENDAÇÕES EXPEDIDAS

ATUAÇÃO JUDICIAL



1.406
AÇÕES CIVIS PÚBLICAS PROPOSTAS

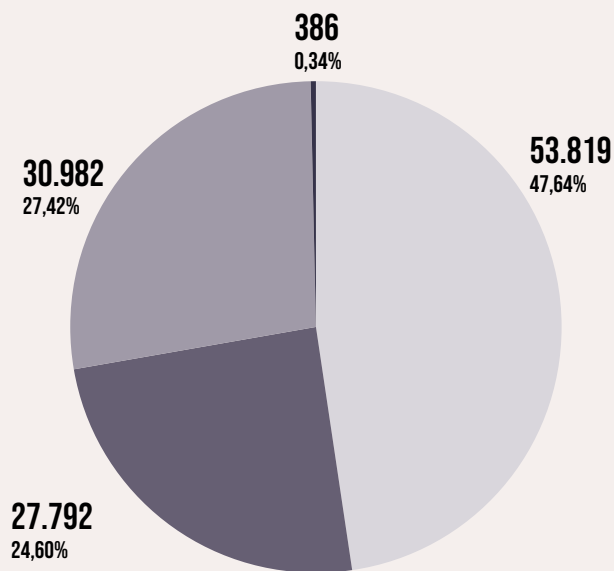


431.276
PROCESSOS JUDICIAIS RECEBIDOS

* Por problemas técnicos de comunicação entre os sistemas do MPRS e do TJRS, os números de processos judiciais recebidos podem apresentar inconsistência ou imprecisão na quantificação.

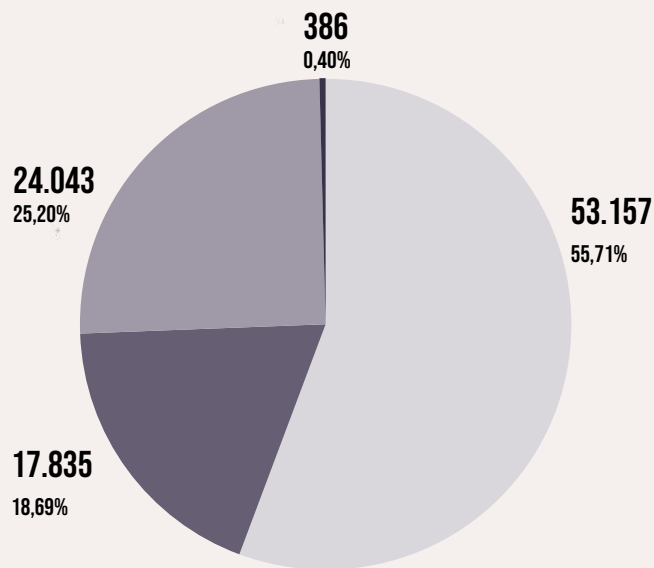
ATUAÇÃO EM SEGUNDO GRAU

PROCURADORIAS DE JUSTIÇA



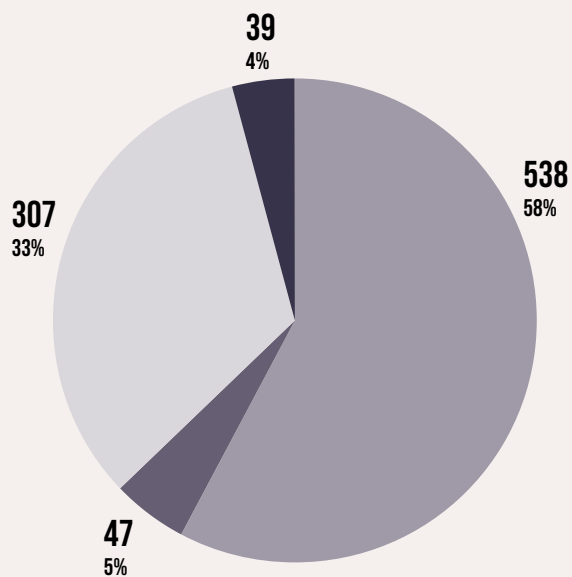
- Procuradoria de Justiça Criminal
- Procuradoria de Justiça Cível
- Procuradoria de Justiça Especializada da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões
- Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal Militar do Estado

112.979
PROCESSOS JUDICIAIS RECEBIDOS



- Procuradoria de Justiça Criminal
- Procuradoria de Justiça Cível
- Procuradoria de Justiça Especializada da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões
- Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal Militar do Estado

95.421
PARECERES EFETUADOS

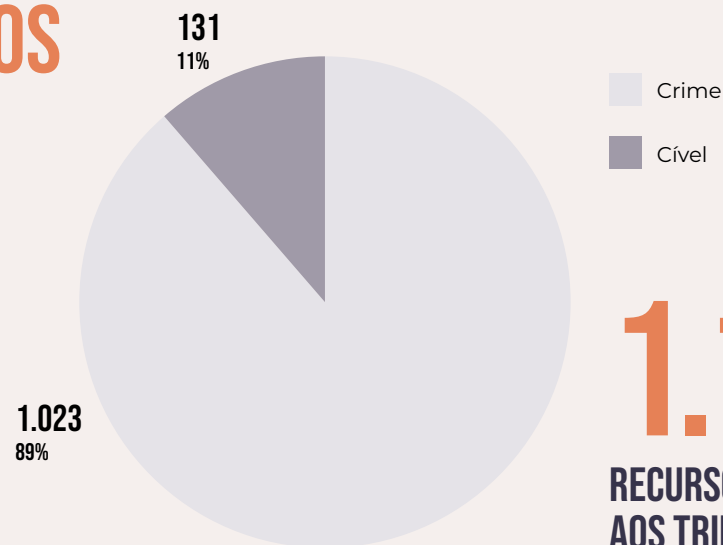


- Procuradoria de Justiça Criminal
- Procuradoria de Justiça Cível
- Procuradoria de Justiça Especializada da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões
- Procuradoria de Justiça junto ao Tribunal Militar do Estado

931
SESSÕES REALIZADAS

RECURSOS INTERPOSTOS JUNTO AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

A Procuradoria de Recursos recebeu 11.670 processos, interpôs 1.154 recursos, destes, 89% na área criminal e atuou em mais de 7.575 peças (medidas judiciais protocoladas) processuais perante os Tribunais Superiores.



1.154
RECURSOS INTERPOSTOS AOS TRIBUNAIS SUPERIORES

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE

Em 2021, foram propostas pela Procuradoria-Geral de Justiça, 31 Ações Diretas de Inconstitucionalidade (ADIs), sendo que, das 14 julgadas, todas foram procedentes ou parcialmente procedentes. Uma delas foi extinta sem julgamento de mérito e 16 estão pendentes de julgamento.

Ainda houve atuação ministerial em dois incidentes de inconstitucionalidade, além de outras 64 ADIs *custos legis*, nas quais o Ministério Público exerce atividade fiscalizadora da correta aplicação do direito objetivo.

Entre as ADIs ajuizadas em 2021, está a que questiona artigo de lei complementar municipal que permite

a alienação e permuta de bens imóveis públicos do município de Porto Alegre sem a autorização da Câmara de Vereadores. Atendendo pedido do MPRS, o Tribunal de Justiça deferiu liminar suspendendo a eficácia do referido artigo. De acordo com o Ministério Público, a inconstitucionalidade do dispositivo legal é evidente, já que a prerrogativa de autorização para venda de imóveis públicos é do Legislativo, assim como as demais modalidades de alienação destes bens, por isso não pode ser realizada sem a observância dos requisitos e princípios relativos à Administração Pública.

ESCRITÓRIO DE BRASÍLIA

O Escritório de Representação e Atuação Institucional do MPRS em Brasília busca a valorização, a estruturação e o fortalecimento da atuação da instituição junto aos Tribunais Superiores, aos Conselhos Nacionais, demais órgãos e entidades federais. Em 2021, as atividades realizadas auxiliaram na qualificação dessa atuação do Ministério Público gaúcho na esfera federal, buscando garantir prerrogativas institucionais e os direitos fundamentais da sociedade.

PROCURADORIA DE FUNDAÇÕES

É atribuição do MPRS, por meio da Procuradoria e da Curadoria de Fundações, o velamento das fundações privadas no Rio Grande do Sul, que constituem um patrimônio social com finalidades sociais. Esse velamento compreende o acompanhamento destas instituições no terceiro setor, no sentido de zelar pela sua continuidade, pela manutenção de seu patrimônio e para que cumpram suas finalidades. Essa atribuição perpassa pela aprovação das atas e das prestações de contas, dos estatutos e verificação *in loco* do cumprimento das finalidades sociais, sem descuidar da fiscalização da legalidade e da regularidade contábil e orçamentária das entidades.

Em 2021, o MPRS analisou a prestação de contas de 208 fundações.

**OPERAÇÕES DO MINISTÉRIO
PÚBLICO INVESTIGARAM
CRIMES DE CORRUPÇÃO, DESVIO
DE VERBA PÚBLICA, FRAUDE
EM LICITAÇÃO E ORGANIZAÇÃO
CRIMINOSA EM PREFEITURAS
DO RIO GRANDE DO SUL**

PROCURADORIA DA FUNÇÃO PENAL ORIGINÁRIA

Em novembro de 2021, foi publicado provimento que altera a nomenclatura e as atribuições da Procuradoria de Prefeitos, passando a ser denominada Procuradoria da Função Penal Originária, órgão de execução vinculado à Subprocuradoria-Geral de Justiça para Assuntos Jurídicos. A alteração teve como objetivo a ampliação da Procuradoria de Prefeitos para adequar as delegações e atribuições às necessidades atuais, conferindo ainda mais efetividade à atuação do Ministério Público do Rio Grande do Sul nesta área.

■ Em 2021, o MPRS deflagrou as operações Proximidade e Ousadia como resultado de investigações que apuraram crimes de corrupção ativa e passiva, responsabilidade, desvio de verba pública, dispensa indevida de licitação, fraude em licitação, lavagem de dinheiro e organização criminosa envolvendo a Prefeitura Municipal de Cachoeirinha e empresas que prestam serviços para o município. Em ambas as operações foram cumpridas ordens de afastamento de cargos públicos de integrantes do Poder Executivo, entre eles, o prefeito. As fraudes investigadas resultaram em desvio milionário de renda pública, estimado em 45% dos valores contratados, envolvendo os serviços de limpeza urbana, conservação e manutenção de logradouros públicos a partir do ano de 2017 até maio de 2021.

■ Outra investigação do MPRS que teve como objeto a contratação de serviços de limpeza urbana resultou na Operação Insistência, com cumprimento de mandados de busca e apreensão nas sedes das prefeituras de Marau e Lagoa Vermelha e nas instalações de um grupo empresarial. A Procuradoria investiga esquema delitivo persistente, relacionado a fraudes licitatórias e superfaturamento na prestação de serviços de limpeza urbana (coleta, transbordo, triagem, transporte e destinação final de lixo), abrangendo os dois municípios, desde 2017. Por ocasião da Operação Conexão, deflagrada em 2015, o MPRS já havia denunciado o mesmo representante empresarial investigado pela formação de cartel para coleta de lixo em vários municípios gaúchos.

■ Também em 2021, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul recebeu a denúncia do MPRS contra o prefeito de Bagé e outras oito pessoas, fruto de investigação relacionada à Operação Factótum. A denúncia imputa aos réus os delitos de organização criminosa com atuação na Prefeitura de Bagé, dispensa indevida de licitação, desvio de verbas públicas, ordenação e realização de despesas em desconformidade com a legislação financeira e inversão na ordem cronológica de pagamento aos credores.



GESTÃO INSTITUCIONAL

O Ministério Público do Rio Grande do Sul adota um modelo de gestão estratégica focado em uma atuação cada vez mais resolutiva, transversal e desburocratizada, geradora de impactos sociais de alta relevância.

Em 2021, a instituição aderiu ao Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público, franqueado pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) a todas as unidades com objetivo de uniformizar a atuação ministerial no país. Ao final do processo de revisão da sua estratégia, o MP gaúcho estabeleceu prioridades e metas que guiarão a instituição até 2029.

O NOVO MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MPRS CONTEMPLA AGORA, ALÉM DA MISSÃO, VISÃO E VALORES, OS CHAMADOS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS TRANSVERSAIS, QUE CONSAGRAM UM IDEAL DE INTEGRAÇÃO E UNIDADE

MAPA ESTRATÉGICO MPRS

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO 2022 - 2029

MISSÃO

Defender a ordem jurídica, o regime democrático e os interesses sociais e individuais indisponíveis

VISÃO

Ser uma instituição com atuação resolutiva na defesa da sociedade, no combate à corrupção e criminalidade e na garantia da implementação de políticas públicas

Resultados para a sociedade

- Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público
- Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas
- Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional
- Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial
- Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social
- Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos

Estratégia é diálogo permanente

VALORES

- Resolutividade
- Transparência
- Proatividade
- Inovação
- Cooperação

Aprendizado e Crescimento

- Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários
- Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada
- Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional
- Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho
- Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras

Processos Integradores

- Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados
- Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação



São seis os objetivos estratégicos transversais do MPRS dentro da perspectiva **Resultados para a Sociedade**:

- **Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público**, de forma equânime nas esferas penal e cível, visando à melhoria de técnicas e roteiros investigativos e ao incremento da estrutura humana e tecnológica necessária.
- **Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas**, conjugando a resolutividade das ações cíveis e penais interpostas pelo Ministério Público com a preocupação quanto aos direitos das partes envolvidas, especialmente das vítimas.
- **Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional**, através do fomento de operações, forças-tarefas, termos de cooperação técnica, programas, projetos e ações entre os diversos ramos e múltiplas unidades do Ministério Público, bem como envolvendo instituições parceiras, Poder Executivo, Poder Judiciário e sociedade civil organizada, em um modelo de atuação interinstitucional.
- **Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda atividade ministerial**, o que equivale a afirmar que a conservação e o zelo aos direitos humanos e sociais são uma prioridade, independentemente da área de atuação.
- **Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social**, estruturando a atividade ministerial numa lógica preventiva e sistemática de cuidados com as questões de governança em todas as áreas de atuação.
- **Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos**, impulsionando novas formas de escuta qualificada da população e de diálogo deliberativo.

Na perspectiva de **Processos Integradores**, os temas estão relacionados à atividade fim, ou seja, a atuação direta dos promotores e procuradores de Justiça em todas as áreas: criminal, cível e especializada. Nesse sentido, foram definidos dois objetivos:

- **Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados**, objetivo transversal, que impacta tanto nos resultados para a sociedade, quanto na perspectiva de aprendizado e crescimento, integrando as áreas de atuação (atividade fim) e estruturante, ambas com foco em resultados. Cuida da governança, sendo fundamental que os objetivos estratégicos sejam avaliados, monitorados, articulados, coordenados e alinhados à missão e à visão do Ministério Público.
- **Zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação**, com rotinas ecologicamente sustentáveis e uma constante conscientização institucional voltada para a preservação ambiental. O tema da sustentabilidade também envolve o aspecto social, econômico, cultural, entre outros, integrando diversas áreas da atividade estruturante. Em relação à atividade fim do Ministério Público, esse objetivo reflete a atuação da instituição em prol do desenvolvimento sustentável nas suas mais variadas formas, sendo que a sustentabilidade é intergeracional, difusa e coletiva, beneficiando o presente e, especialmente, as futuras gerações.

**PLANEJAMENTO QUE NORTEARÁ
A GESTÃO DO MPRS ATÉ 2029
PRIORIZA ATUAÇÃO RESOLUTIVA,
COM FOCO EM RESULTADOS,
APRENDIZADO, CRESCIMENTO E
PROCESSOS INTEGRADORES**

Para a perspectiva **Aprendizado e Crescimento** são cinco objetivos:

- **Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários**, com fomento à captação de recursos externos e monitoramento da aplicação dos recursos contemplados, através de ferramentas de controle interno e com absoluta transparência. Relaciona-se com a governança, pois alinha as atividades aos objetivos estratégicos e ferramentas de monitoramento de riscos, passando pela estruturação dos controles internos e medidores de satisfação da sociedade e de transparência.
- **Estabelecer gestão administrativa compartilhada e padronizada**, a fim de estabelecer um modelo padronizado de compras e contratações compartilhadas, com o objetivo de reduzir custos e padronizar a entrega de bens e serviços, definindo, entre outros, critérios de qualidade e reprovação de amostras. E, ainda, à normatização, em nível nacional, dos procedimentos administrativos relativos à gestão e fiscalização contratual, além da capacitação dos servidores. Os ganhos de escala e redução de custos são as principais razões para a adoção de compras compartilhadas, com significativo impacto na aplicação eficiente dos recursos orçamentários e na sustentabilidade.
- **Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional**, buscando o aperfeiçoamento do relacionamento do MP com a sociedade, o aprimoramento da comunicação interna e o fortalecimento da imagem institucional, com ampla divulgação de informações relevantes para a sociedade através do site, dos veículos de imprensa e das redes sociais. Já a comunicação interna busca promover a integração institucional, facilitar o acesso às informações e obter o envolvimento e a eficácia necessários à consecução dos objetivos de gestão.
- **Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho**, com o desenvolvimento e o aperfeiçoamento de habilidades de liderança, promoção da gestão por competências e promoção de capacitação com foco na utilização de ferramentas de tecnologia que possibilitem a otimização das tarefas, além da promoção da qualidade de vida no trabalho, com a utilização da tecnologia da informação para a otimização de tarefas e incremento de produtividade.
- **Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras**, através da governança de TI, definição de papéis e responsabilidades, gerenciamento de competências técnicas de TI e desenvolvimento de conhecimentos e habilidades dos servidores dessa área, além de suporte dos processos de negócio e provimento de soluções tecnológicas integradas, por meio da inovação.

PROJETOS ESTRATÉGICOS

Dos diversos programas e projetos estratégicos executados no âmbito do MPRS durante o ano 2021, destacam-se:

PROJETOS DE ATUAÇÃO

CONECTADOS PELA EDUCAÇÃO

Desenvolvido no município de Guaíba, ao longo de 2021, buscou enfrentar um grave problema causado pela pandemia na área da Educação: a dificuldade de acesso de crianças e adolescentes às aulas pelo sistema remoto, adotado como medida de prevenção ao contágio pelo vírus. Por meio do projeto, o MPRS viabilizou internet gratuita em residências de alunos da rede pública municipal comprovadamente vulneráveis e sem acesso à internet, possibilitando o acesso à educação de forma igualitária, eficaz e universalizada.

O projeto Conectados pela Educação foi vencedor do 18º Prêmio Innovare, que tem o objetivo de identificar, divulgar e difundir práticas que contribuam para o aprimoramento da Justiça no Brasil.



SANEAMENTO RURAL EM SANTO ÂNGELO

Visa a melhorar a qualidade de vida das comunidades da área rural do município de Santo Ângelo, abrangendo a condição da água, o tratamento e destinação do esgoto doméstico, a coleta e tratamento dos resíduos sólidos, assim como ações de educação ambiental aos cidadãos dessas comunidades.

O projeto Saneamento Rural de Santo Ângelo foi um dos premiados da edição 2021 do Prêmio CNMP, que destaca iniciativas e projetos do Ministério Público brasileiro alinhadas com os objetivos do Planejamento Estratégico Nacional da instituição.



PROJETOS ESTRUTURANTES

DATA VIIS

O portal de dados é um repositório das atuais e futuras aplicações desenvolvidas pelo MPRS.Labs com foco na atuação institucional. É uma ferramenta dinâmica, que permite a inclusão de novas seções e novas aplicações nas já existentes. O conteúdo será construído de forma incremental em um processo colaborativo com os usuários, objetivando suprir continuamente as necessidades de informações que se apresentam no dia a dia da atuação das Promotorias e Procuradorias de Justiça.



NÚCLEO DE INOVAÇÃO E DESBUROCRATIZAÇÃO

Tem por objetivo fomentar e disseminar práticas inovadoras na instituição, com foco especial na desburocratização da atuação do Ministério Público.



PLATAFORMA EM NUVEM

Plataforma em nuvem que permite a migração de ferramenta interna de comunicação para um único ambiente virtual, integrando aplicativos e recursos digitais a fim de proporcionar ganho de eficiência na realização de atividades comuns como produção digital de conteúdo, organização e comunicação das equipes de trabalho.

FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS

O Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), vinculado ao Ministério Público e gerido por um Conselho Gestor composto por representantes do MPRS, do Executivo Estadual e de entidades sociais, destina-se a ressarcir a coletividade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, à economia popular, a bens e direitos de valor artístico, histórico, estético e paisagístico, à ordem urbanística, à ordem econômica, ao patrimônio público, à honra e à dignidade de grupos raciais, étnicos e religiosos, ou a qualquer outro interesse difuso ou coletivo.

Entre as receitas que constituem o FRBL estão indenizações decorrentes de condenações, acordos judiciais promovidos pela instituição por danos causados a bens e direitos e de multas aplicadas em razão do descumprimento de ordens ou de cláusulas naqueles atos estabelecidos. Também, os valores decorrentes de medidas compensatórias fixadas em acordos extrajudiciais ou termos de ajustamento de conduta (TAC), promovidos pelo MP, e de multas aplicadas pelo descumprimento de cláusulas definidas nesses instrumentos.

Em 2021, foram lançados quatro editais, sendo dois deles com inscrições ainda abertas no final de 2021. Nos editais 01/2021 e 02/2021, foram inscritos 167 projetos por órgãos públicos estaduais e municipais e organizações da sociedade civil. Destes, 106 tiveram aprovação parcial ou integral do Conselho Gestor do FRBL.

Observadas a ordem de classificação, os critérios objetivos e os limites financeiros fixados nos respectivos editais, 11 projetos foram contemplados e serão custeados com recursos do FRBL.

**RECURSOS DO FRBL SE DESTINAM
A RESSARCIR A SOCIEDADE POR
DANOS CAUSADOS AO MEIO
AMBIENTE, CONSUMIDOR, ORDEM
URBANÍSTICA, PATRIMÔNIO
PÚBLICO OU A QUALQUER OUTRO
INTERESSE DIFUSO OU COLETIVO**

EDITAL 01/2021

ESTRUTURANTE

1	Secretaria da Segurança Pública do RS	Reestruturação do atendimento de combate a incêndio – aquisição de ABTs	R\$ 5.100.000,00
----------	---------------------------------------	---	------------------

APOIO

1	Secretaria da Segurança Pública do RS	Solução tecnológica para reconhecimento de crianças desaparecidas no RS	R\$ 844.766,11
2	Prefeitura Municipal de Porto Alegre	Projeto de logística sustentável Paço Municipal e licitação dos projetos de recuperação e regularização nas instalações do Paço dos Açorianos, sede do Governo Municipal e patrimônio histórico da cidade	R\$ 925.824,96
3	Município de Novo Hamburgo	Restauro da Casa da Lomba	R\$ 1.000.000,00
4	Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luis Roessler (Fepam)	Implementação de sistema de monitoramento contínuo e pronto atendimento de emergências ambientais em recursos hídricos no âmbito da Divisão de Laboratórios	R\$ 691.907,92
5	Secretaria da Segurança Pública do RS	Aquisição de equipamentos e insumos para execução e manutenção da Cadeia de Custódia	R\$ 578.096,50

APOIO/IDOSO

1	Município de Santiago	Construção de Centro de Convivência para Idosos e aquisição de veículo de transporte para mobilidade dos idosos da área rural	R\$ 1.013.802,95
----------	-----------------------	---	------------------

EDITAL 02/2021

1	Fundação Universidade de Caxias do Sul	Hortas Urbanas Biodidáticas – educação ambiental para ampliação da segurança alimentar e nutricional no Município de Caxias do Sul	R\$ 491.297,86
2	Associação Pró-Ensino em Santa Cruz do Sul (Apesc)	Identificação e recuperação de áreas degradadas na bacia hidrográfica do Rio Pardo	R\$ 499.987,35
3	Fundação Universidade de Passo Fundo	Educação para o Consumo: suporte EAD	R\$ 495.478,97

PROPOSTAS (PROJETOS) EMERGENCIAIS – COVID-19

1	Secretaria da Justiça, Cidadania e Direitos Humanos do RS	Aquisição de 10.255 kits cestas básicas para minimizar a dor e a fome de famílias em situação de extrema pobreza e sem o direito elementar da segurança alimentar garantido em decorrência da pandemia	R\$ 1.499.998,85
----------	---	--	------------------

**EM 2021, FORAM SELECIONADOS
11 PROJETOS QUE SERÃO CUSTEADOS
PELO FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE
BENS LESADOS**

APERFEIÇOAMENTO DE PROCESSOS E FLUXOS

O Programa de Padronização e Organização Administrativa (Propad), sob responsabilidade das unidades de Assessoria de Tecnologia da Informação de Suporte à Gestão, de Certificação e Qualidade e de Gestão de Processos, mantém o constante aperfeiçoamento dos processos e fluxos de trabalho da instituição.

Em 2021, o programa certificou 182 Promotorias de Justiça. Destas, 124 foram

certificadas com o nível de excelência, representando um crescimento de 6% de Promotorias com o nível máximo da certificação, em relação ao ano de 2020. Além disso, o novo Sistema de Informação do MPRS (SIM), que visa dar suporte à atuação institucional por meio do processo eletrônico, já está implementado em 136 Promotorias de Justiça.



MEMORIAL DO MPRS

Em 2021, o Memorial do MPRS, o primeiro dos Ministérios Públicos estaduais, comemorou 21 anos de fundação. Para marcar a data, a instituição realizou uma iniciativa aberta à comunidade chamada Quintas do Memorial, que inaugurou uma série de eventos com objetivo de debater o papel do Ministério Público ao longo da história.

MEDIAÇÃO E SOLUÇÃO DE CONFLITOS

A mediação como forma de solução de conflitos em temas de grande impacto social é um dos objetivos centrais do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

Nos últimos anos, essa forma de atuação vem se consolidando e promovendo uma mudança na cultura da instituição. A alternativa, estruturada como técnica de autocomposição ou não, adotada em casos de maior complexidade, quando a via judicial se mostra ineficaz e morosa, ganha cada vez mais adeptos entre os membros do Ministério Público em todo o país.

O MPRS criou, em 2016, o Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – Mediar-MP visando fomentar a prática que é também diretriz do Conselho Nacional do Ministério Público. Desde então, o Mediar-MP acumula bons resultados, conduzindo ou contribuindo com demais unidades da instituição no enfrentamento de impasses e de conflitos em todas as áreas de atuação do Ministério Público.

Em 2021, o Mediar-MP atuou em

89

casos

165

sessões de mediação/negociação

que resultaram em dezenas de encaminhamentos autocompositivos e na celebração de

14

acordos

8

acordos de não persecução cível

PONTE SOBRE O RIO PASSO FUNDO

O termo de mediação assinado em agosto de 2021, entre o Departamento Autônomo de Estradas de Rodagem (Daer) e a empresa catarinense Foz Chapecó Energia, pôs fim ao um impasse que já durava sete anos e impedia retomada das obras de recuperação da ponte sobre o Rio Passo Fundo, entre Erval Grande e Nonoai, interdita desde 2014 para a circulação de veículos.

A partir da mediação, conduzida pelo Mediar-MP, em parceria com a Promotoria de Justiça de São Valentim, foram resolvidos conflitos técnicos e jurídicos e definidas responsabilidades entre as partes na execução das obras da ponte e na recuperação da sua variante, na RSC-480. A recuperação definitiva da estrutura solucionará um problema que afetava milhares de pessoas da região e comprometia uma das rotas que interligam o norte do Estado e Santa Catarina.



**A ATUAÇÃO DA INSTITUIÇÃO CONSIDEROU OS
IMPACTOS DA PANDEMIA E IMPORTÂNCIA DO
SERVIÇO DE TRANSPORTE, ALÉM DA FALTA DE
SOLUÇÕES OFERECIDAS PELA VIA JUDICIAL**

TRANSPORTE COLETIVO EM SANTA MARIA

O MPRS viabilizou um acordo entre a Prefeitura de Santa Maria e as empresas de transporte público que evitou a paralisação na circulação dos ônibus municipais em 2021 e estabeleceu critérios a serem adotados em processo licitatório para concessão do serviço, fruto de ação do MP que tramita na Justiça há mais de 10 anos.

A atuação da instituição em todo o processo, por meio do Mediar-MP e da Promotoria de Santa Maria, considerou os impactos da pandemia no setor e a

importância do serviço de transporte coletivo para a população, além da falta de soluções oferecidas pela via judicial.

Diante desse conjunto de fatores, priorizando o interesse público, além de evitar a paralisação, o Ministério Público atuou também para dirimir, até a homologação da nova licitação, todos os problemas jurídicos sobre o tema. Essa estratégia visou assegurar que o edital apresentasse uma proposta mais moderna e efetiva, capaz de qualificar o serviço e reduzir custos.

RETORNO ÀS ATIVIDADES PRESENCIAIS NAS ESCOLAS

O planejamento e os requisitos necessários para garantir o retorno às atividades presenciais nas escolas públicas com segurança foi tema constante na atuação do MPRS na pandemia. Em muitos momentos, houve necessidade de mediação entre as partes, em alguns casos, com apoio do Mediar-MP. A incompatibilidade existente entre as normas editadas pelo Estado e o calendário, protocolos e

organização administrativa dos municípios foram questões que suscitaram intervenção do Ministério Público.

No ano de 2021, a instituição seguiu acompanhando esse processo e atuando extrajudicialmente, com métodos autocompositivos e expedição de recomendações, e judicialmente, quando necessário.

MELHORIAS NO CENTRO DE ATENDIMENTO SOCIOEDUCATIVO

Estão em andamento as negociações para acordo em ação civil pública do MPRS contra o Estado pela não realização de obras no Centro de Atendimento Socioeducativo Regional de Porto Alegre II, no Centro de Atendimento Socioeducativo Padre Cacique, no Centro de Atendimento Socioeducativo Feminino e na Comunidade Socioeducativa. As negociações envolvem promotores de Justiça e os procuradores de Justiça que atuam com a matéria em segundo grau.

ATERRO SANTA TECLA

O Ministério Público atuou como mediador em compromisso assumido por municípios que utilizam o Aterro Santa Tecla, localizado em Gravataí, e fazem parte do Programa de Recuperação de Área Degradada. O acordo estabeleceu novas garantias em convênio que assegura a manutenção e a gestão do aterro, de acordo com regras de licenciamento ambiental e compromissos estabelecidos de forma consensual em termo de ajustamento de conduta firmado entre os municípios e o MPRS.

MEDIAÇÃO EM SEGUNDO GRAU

A mediação em segundo grau envolve a participação dos procuradores de Justiça e promotores de Justiça em casos de grande impacto, especialmente quando objeto de ações do MPRS que já tramitam em fase recursal. Além de contribuir para uma atuação unificada, em ambiente de trabalho coletivo, aumenta as possibilidades de êxito em acordos, uma vez que reúne membros do MP que atuam em todas as etapas de um processo,

do oferecimento da ação ao julgamento de recursos pelos tribunais.

Em 2021, o Ministério Público atuou em acordos, homologados pelo Tribunal de Justiça, nas áreas da improbidade administrativa, criminal e infância. Entre as mediações com participação de promotores e procuradores de Justiça no ano passado, destaca-se o acordo assinado com a Fundação de Proteção Especial (FPE) e o Estado do Rio Grande do Sul.

QUALIDADE NO ACOLHIMENTO INSTITUCIONAL

O acordo garantiu vagas de acolhimento institucional para crianças e adolescentes, bem como a otimização dos recursos humanos e a realização dos aprimoramentos necessários para qualificar o atendimento da Fundação de Proteção Especial (FPE), a fim de zelar pelos direitos e garantias legais assegurados a esse público. Foi construído depois que, a pedido do MPRS, o Tribunal de Justiça deferiu a suspensão do regular processamento do recurso, para fins de tratativas.

Com o acordo, a FPE se compromete a manter ativos os 15 abrigos de atendimento destinados a crianças e adolescentes e proceder a alocação de quatro assistentes sociais, quatro psicólogos, dois técnicos assistentes sociais e/ou psicólogos e 38 agentes educadores, complementando a carga horária de dois dos técnicos em psicologia em mais 10 horas. Além disso, destinar, no prazo estabelecido, 12 agentes educadores, dois psicólogos, um assistente social, três cozinheiros e um motorista.

CRIMINAL



O MPRS representa a sociedade no combate ao crime, atuando no enfrentamento de delitos como tráfico de drogas, corrupção, homicídios, roubos, latrocínios, violência doméstica contra a mulher, entre outros. Além de ser o único titular da ação penal pública, formulando as denúncias que buscam a condenação dos criminosos na Justiça, a instituição atua incessantemente na articulação de melhorias na área da segurança pública, como a necessidade de mais investimentos no policiamento ostensivo e de melhoria no sistema prisional.

Em 2021, o MPRS atuou em:

408 MIL
procedimentos policiais

239 MIL
termos circunstanciados

115,9 MIL
inquéritos policiais

56 MIL
expedientes policiais

Foram oferecidas

14,7 MIL
denúncias

- **3 MIL (21%)** referentes a Lei Maria da Penha
- **1,5 MIL (11%)** por tráfico de drogas
- **252 (1,7%)** por homicídio doloso
- **360 (2,45%)** por estupro

A instituição instaurou

630 procedimentos
investigatórios
criminais

- **96 (15,2%)** relacionados a sonegação fiscal, corrupção e lavagem de dinheiro
- **83 (13,7%)** por crimes ou delitos eleitorais

* Por problemas técnicos de comunicação entre os sistemas do MPRS e do TJRS, os dados da atuação criminal podem apresentar inconsistência ou imprecisão na quantificação

CASO KISS

Em dezembro, foi realizado o júri da tragédia da boate Kiss, ocorrida em 2013, em Santa Maria. Depois de 10 dias de julgamento, o mais longo da história do Rio Grande do Sul, o Conselho de Sentença, formado por sete jurados leigos, acatou a tese do Ministério Público e condenou os quatro réus por 242 homicídios e 636 tentativas de homicídio com dolo eventual.

As penas fixadas foram: Elissandro Callegaro Spohr (sócio da boate), 22 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado; Mauro Londero Hoffmann (sócio da boate), 19 anos e 6 meses de reclusão em regime inicial fechado; Luciano Bonilha Leão (produtor da banda),

18 anos de reclusão em regime inicial fechado; Marcelo de Jesus dos Santos (vocalista da banda), 18 anos de reclusão em regime inicial fechado.

No momento de proferida a sentença, o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul concedeu liminar, em *habeas corpus*, suspendendo a prisão, e os réus não foram presos. Entendendo envolver matéria constitucional e com base na Lei 8.437/92, o MPRS ingressou no Supremo Tribunal Federal (STF) com pedido de suspensão da liminar, concedida pelo seu presidente. A decisão deve vigorar até o trânsito em julgado da decisão de mérito na ação principal.

PROMOTORIAS DE JUSTIÇA ESPECIALIZADA CRIMINAL DE PORTO ALEGRE

O MPRS, por meio da atuação das Promotorias de Justiça Especializada Criminal de Porto Alegre, atuou, em 2021, no combate ao crime organizado por meio de investigações, com operações em sua fase ostensiva, que levaram a denúncias, acordos e condenações pela Justiça. Entre os destaques:

DENÚNCIAS

- Em março, o MPRS ajuizou mais uma denúncia envolvendo delitos praticados na gestão 2015/2016 do Sport Club Internacional, investigados na Operação Prorrogação, desdobramento da Operação Rebote. Relacionada ao desvio de mais de R\$ 280 mil, por meio de agências de turismo que prestaram serviços ao clube, a denúncia apontou os crimes de estelionato, lavagem de capitais e organização criminosa.
- Também em março, a partir da Operação Ouroboros, foram denunciados um delegado de polícia e cinco policiais civis pela prática de concussão, denúncia caluniosa e falso testemunho.
- Decorrente de investigação que culminou na Operação Criptoshow, o MPRS denunciou oito pessoas, imputando-lhes crimes de furto qualificado, lavagem de dinheiro e organização criminosa, relacionados à subtração, mediante fraude, consistente na invasão de sistema de internet banking de uma instituição bancária. O esquema acarretou no desvio de R\$ 35 milhões de uma grande indústria siderúrgica brasileira e R\$ 5 milhões de uma empresa atuante no mercado financeiro e envolveu a utilização de operações de aquisição de criptoativos para dissimulação da natureza, origem e localização de parte desses recursos. Quase a totalidade dos valores subtraídos foi recuperada em razão de ações do Ministério Público.
- Com relação à Operação Referência, voltada a desarticular um esquema envolvendo a extorsão de proprietários de caminhões furtados na Região Metropolitana de Porto Alegre, o Ministério Público ofereceu denúncia, em junho, contra duas pessoas pela prática de extorsão, efetivada por meio de ligações telefônicas e aplicativos de mensagens.
- Dezesesseis pessoas foram denunciadas a partir de investigação que teve sua fase ostensiva deflagrada na Operação Allianz por prática de associação criminosa, uso de documento falso e estelionato. O esquema criminoso visava à obtenção de vantagens ilícitas, em detrimento de companhias de seguros automotivos, por meio do ajuizamento de ações judiciais, e causou um prejuízo no montante de R\$ 422.454,19.
- Com relação à Operação VAR, instaurada para apurar a manipulação de resultados em competições esportivas de futebol, o Ministério Público denunciou duas pessoas pelo delito previsto no artigo 41-D do Estatuto de Defesa do Torcedor.

CONDENAÇÕES

- Um ex-funcionário da Companhia Carris Porto-Alegrense foi condenado pelos crimes de estelionato e lavagem de capitais, investigados na Operação Antares. O prejuízo aos cofres da empresa, no período de 2015 a 2017, foi de R\$ 1.743.023,48.
- Em razão de investigação realizada pelo MPRS, na Operação Hígia, uma mulher foi condenada por associação para o tráfico e tráfico de drogas por comercializar medicamentos sob controle especial por causarem dependência, sem autorização e em desacordo com a determinação legal, inclusive para pessoas de outros estados.

OPERAÇÕES DEFLAGRADAS

- Em setembro, o MPRS desencadeou a Operação Fidúcia, em investigação que apura desvios de mais de R\$ 1 milhão depositados/bloqueados judicialmente, entre 2014 e 2017, perpetrados por meio da inserção de dados falsos no sistema de informática do Tribunal de Justiça e da subsequente emissão fraudulenta de alvarás automatizados.
- A Operação Aliança Criminosa, que investiga crimes de organização criminosa, fraude em licitações, elevação arbitrária de preços, lavagem de dinheiro, entre outros, foi deflagrada em três fases: em maio, nos municípios de Dona Francisca e Rio Pardo, ocasião em que foram identificados 30 municípios envolvidos no esquema; em julho, em Dona Francisca; e em dezembro, em Pontão.

ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO PENAL

O MPRS fechou acordo de não persecução penal de R\$ 5,9 milhões com 15 investigados pela prática do crime de cartel, por empresas do ramo do agronegócio, no âmbito da Operação Valor Agregado. Os valores foram destinados a hospitais para combate à Covid-19 e a entidades

assistenciais para atendimento de pessoas em situação de vulnerabilidade social. A resposta efetiva à prática do crime foi viabilizada por parceria inédita firmada com o Conselho Administrativo de Defesa Econômica – órgão vinculado ao Ministério da Justiça – no exame do cartel de compras.

OPERAÇÃO CONJUNTA DO MINISTÉRIO PÚBLICO GAÚCHO E CATARINENSE INVESTIGA SONEGAÇÃO DE ICMS ESTIMADA EM MAIS DE R\$ 200 MILHÕES NA INDÚSTRIA ARROZEIRA

COMBATE AOS CRIMES CONTRA ORDEM TRIBUTÁRIA

Por meio das Promotorias de Justiça Especializadas no Combate aos Crimes contra Ordem Tributária, o MPRS denunciou 47 pessoas físicas por prejuízo ao erário estadual, em um montante de R\$ 70.417.169,49. Além disso, foram realizadas operações conjuntas com outras instituições.

A atuação investigatória do MP voltada ao ressarcimento dos danos, viabilizando a manutenção de um modelo de repressão na fase pré-processual, fez com que diversas empresas promovessem o pagamento integral ou o parcelamento dos débitos fiscais, evitando a instauração de processo por sonegação fiscal de ICMS.

Em relação às operações, em 2021, destacam-se:

- A terceira fase da Operação Pescado, desencadeada em agosto pelo MPRS e Receita Estadual para investigar esquema de fraude fiscal estruturada no ramo atacadista de pescados. Foram cumpridos 19 mandados de busca e apreensão em Rio Grande, Porto Alegre, São José do Norte e São Paulo, com o objetivo de recuperar mais de R\$ 30 milhões em ICMS sonegados e devido aos cofres públicos.
- Em dezembro, sob coordenação do MPRS e MPSC, foi deflagrada a segunda fase da Operação Oryza a fim de combater fraude fiscal estruturada na indústria arrozeira, com uma estimativa de sonegação de ICMS de mais de R\$ 200 milhões. No Rio Grande do Sul, foram cumpridos 14 mandados de busca e apreensão em 11 municípios.
- O Ministério Público e a Receita Estadual desencadearam, no mês de novembro, a Operação Pactum, em investigação sobre manipulação de preços de venda de combustível por postos de Porto Alegre – formação de cartel. Foram cumpridos 20 mandados de busca e apreensão nas sedes de empresas envolvidas na fraude e nas residências de alguns dos investigados.

GRUPO DE ATUAÇÃO ESPECIAL DE COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

Com a missão de identificar e investigar atividades de organizações criminosas no Rio Grande do Sul, o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) é composto por oito Núcleos Regionais, além de Núcleo Combate à Lavagem de Dinheiro, Núcleo Segurança Alimentar, Núcleo Saúde e, desde 2021, o **Cyber Gaeco**. Os núcleos abrangem a totalidade das comarcas e municípios do Estado.

Em 2021, nas 22 operações realizadas pelo MPRS, com o apoio do Gaeco, foram recuperados ou estão em vias de recuperação em torno de R\$ 34 milhões em valores e bens. Por meio do Gaeco, a instituição ajuizou 40 denúncias e obteve 840 decisões favoráveis na Justiça.

CYBER GAECO

Diante da ascensão constante do número de crimes praticados com o uso da internet e sistemas de informação, inclusive com ataques a órgãos públicos, em 2021, o MPRS criou o Cyber Gaeco. Com atribuição estadual, busca identificar, prevenir e reprimir as atividades das organizações criminosas, de corrupção de agentes públicos e de lavagem de dinheiro cometidos na internet.

OPERAÇÕES

Entre os destaques da atuação do MPRS no combate ao crime organizado estão:

- Em novembro, na Operação Hipo, foram cumpridos 15 mandados de busca e apreensão em Caxias do Sul. Oito pessoas foram denunciadas pelo crime de organização criminosa e adulteração de produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde, e por crime contra as relações de consumo. Outras duas pessoas foram denunciadas por crime contra as relações de consumo. Saiba mais sobre os desdobramentos no capítulo Consumidor, página 90.
- Por meio da Operação Quinta Bolgia, em Sapiranga, o Ministério Público buscou apurar a prática dos delitos de organização criminosa, lavagem de dinheiro, corrupção ativa e passiva, tortura, peculato e usura, envolvendo policiais civis. No cumprimento de nove mandados de busca e apreensão, em outubro, foram apreendidos 223 cheques e 20 notas promissórias, além de um montante em dinheiro.
- Em Uruguaiana, no mês de abril, o MPRS desencadeou a Operação Rachadinha, em que cumpriu mandados de busca e apreensão na residência de um secretário do Município, investigado por prática de crime de corrupção passiva cometido na época em que atuava como vereador (2016 a 2020). Neste período, ele solicitava de sua assessoria uma parcela do salário como doação eleitoral espontânea.

■ A Operação Complex, nas fases 1 e 2, teve por finalidade investigar delitos de lavagem de dinheiro por uma das maiores facções criminosas do Estado. Foram cumpridos mandados de busca e apreensão e medidas de indisponibilidade de bens e bloqueio de contas bancárias, incluindo fazendas no Rio Grande do Sul e no Mato Grosso que totalizam R\$ 33 milhões. Foi identificado também que, em apenas uma das empresas utilizadas pelo grupo, foi movimentado R\$ 34 milhões.

A partir das investigações foram oferecidas duas denúncias. Na primeira, 12 pessoas, entre elas o líder do grupo criminoso, foram denunciadas pela prática de diversos delitos de lavagem de dinheiro, mediante triangulação de valores e aquisição de bens móveis e imóveis registrados em nome de terceiros. Já na segunda, foram denunciados o líder, que continuava a comandar os crimes mesmo recolhido ao sistema prisional, e outras três pessoas pela prática dos delitos de associação ao tráfico e lavagem de dinheiro.

■ Em decorrência da Operação Galeria, com duas fases desencadeadas em abril e setembro, na Serra, para desarticular facção comandada de dentro da penitenciária de Caxias do Sul, o MPRS ofereceu duas denúncias, uma contra 12 pessoas e outra contra 8. Durante as investigações foram apreendidos mais de R\$ 2 milhões em espécie, 95 kg de entorpecentes e 15 armas de fogo, resultando na prisão de 11 pessoas e na indisponibilidade de 42 imóveis e veículos. Ainda, o líder da facção foi transferido da Penitenciária Estadual de Caxias do Sul para a Penitenciária de Alta Segurança de Charqueadas.

■ Em outubro, na Operação AI Covid 5, foram cumpridos cinco mandados de busca e apreensão contra cinco pessoas físicas e duas empresas, em Porto Alegre, em razão da prática de preços abusivos nas vendas públicas de medicamentos integrantes do kit-intubação-Covid-19. As empresas foram impedidas de vender medicamentos com valor acima da tabela CMED, sob pena de multa a cada venda.

TRANSFERÊNCIA DE PRESOS

Como medida estratégica para reduzir os índices de criminalidade e promover a segurança pública, o MPRS participa, desde 2017, de operações que têm como objetivo transferir líderes de facções criminosas do sistema prisional do Estado do Rio Grande do Sul para penitenciárias federais.

Em 2021, foi desencadeada a Operação Império da Lei III, para transferir sete presos, em mais um esforço interinstitucional entre MPRS, secretarias estaduais de Segurança e de Administração Penitenciária, Superintendência dos Serviços Penitenciários, Brigada Militar e Polícia Civil.

ENFRENTAMENTO À VIOLÊNCIA DOMÉSTICA E FAMILIAR CONTRA A MULHER

Em agosto, o MPRS criou o Grupo Especial de Prevenção e Enfrentamento à Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher (Gepevid), que tem entre suas atribuições receber notícias-crime e dar o encaminhamento devido, auxiliar no planejamento e apoiar na execução de projetos realizados pelos promotores de Justiça em todo o Estado e nos procedimentos de acompanhamento de políticas públicas, visando à articulação da rede de proteção das vítimas e o combate a todas as formas de violência doméstica

e familiar contra a mulher. Ainda, tem como atribuição propor a elaboração ou alteração das normas jurídicas em vigor, bem como acompanhar o trâmite legislativo de projetos de lei pertinentes a sua área de atuação.


Entre as ações realizadas pelo Gepevid em 2021, está a participação na ação 16 Dias de Ativismo pelo Fim da Violência Doméstica e Familiar, na Capital e no Interior, com a promoção de diversas atividades de sensibilização e de capacitação para a rede de proteção.

MPRS CRIOU GRUPO ESPECIAL, O GEPEVID, PARA ACOMPANHAR IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E ARTICULAR A REDE DE PROTEÇÃO DAS VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

PROJETO VÍTIMAS

O Projeto Vítimas foi criado em 2020, com o objetivo central de promover atendimento humanizado às vítimas de crimes cometidos com violência ou grave ameaça contra a pessoa. Também busca a realização de acordos de não persecução penal, que considerem as necessidades das vítimas, favoreçam a responsabilização dos ofensores e viabilizem a reparação do dano.

Em 2021, foram atendidas 173 vítimas e outras 239 foram encaminhadas para os serviços de apoio, como o Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) do Poder Judiciário, sediado em Porto Alegre, ou para outros serviços da rede de saúde e de proteção aos direitos humanos. Buscou-se, ainda, a articulação junto a instituições privadas de atendimento que atuam na perspectiva do ensino.



A atuação de membros e servidores do Ministério Público do Rio Grande do Sul nos 497 municípios gaúchos no ano de 2021, embora impacte diretamente na vida dos cidadãos, nem sempre se traduz em imagens. Por isso, esse caderno de fotografias é apenas um recorte do todo e simboliza a capilaridade da instituição. Através das lentes do fotógrafo do MPRS Tiago Coutinho se desenrolaram operações, júris, ações, entregas e tantas outras atividades relevantes. Uma pequena parte está retratada nas páginas a seguir. São registros que representam as diversas áreas de atuação do MPRS, traduzidas em belas paisagens ou em pequenos contornos da vida cotidiana.



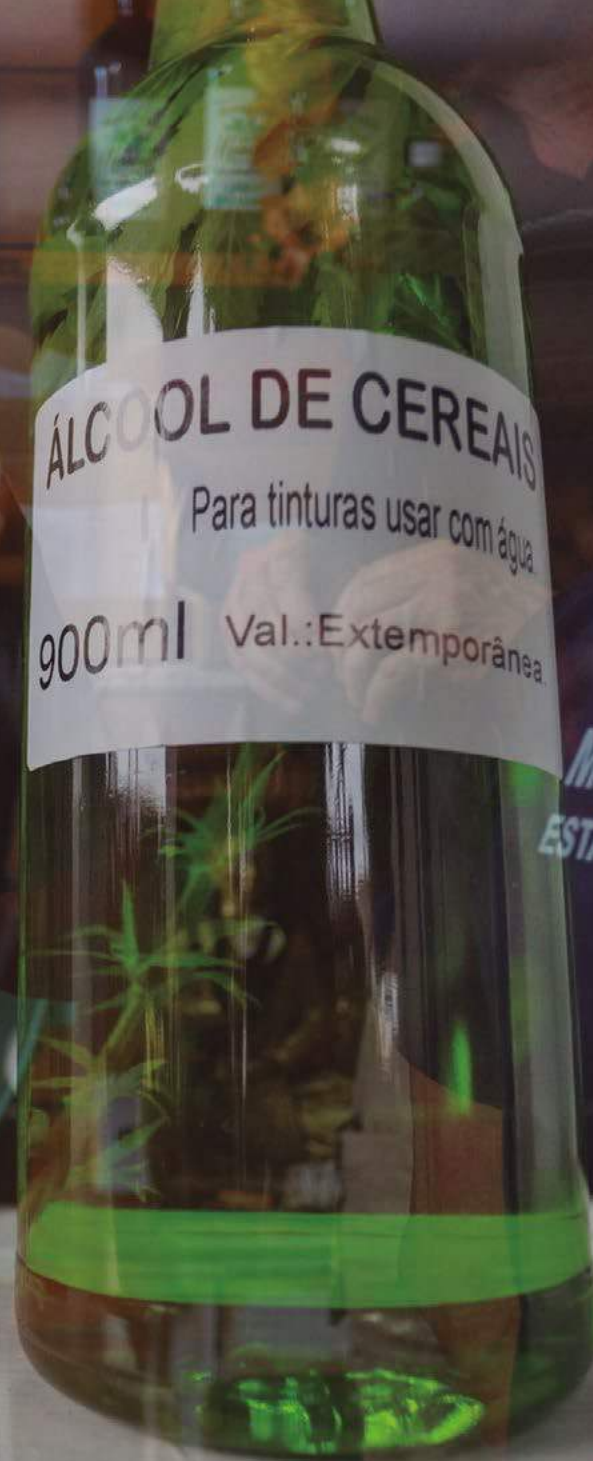
Ato público contra a PEC 05

Associação de Proteção e
Assistência aos Condenados
de Porto Alegre (Apac POA)





Projeto Alquimia II restaura celulares apreendidos para utilização por alunos da rede pública em situação de vulnerabilidade



ÁLCOOL DE CEREAIS

Para tinturas usar com água

900ml

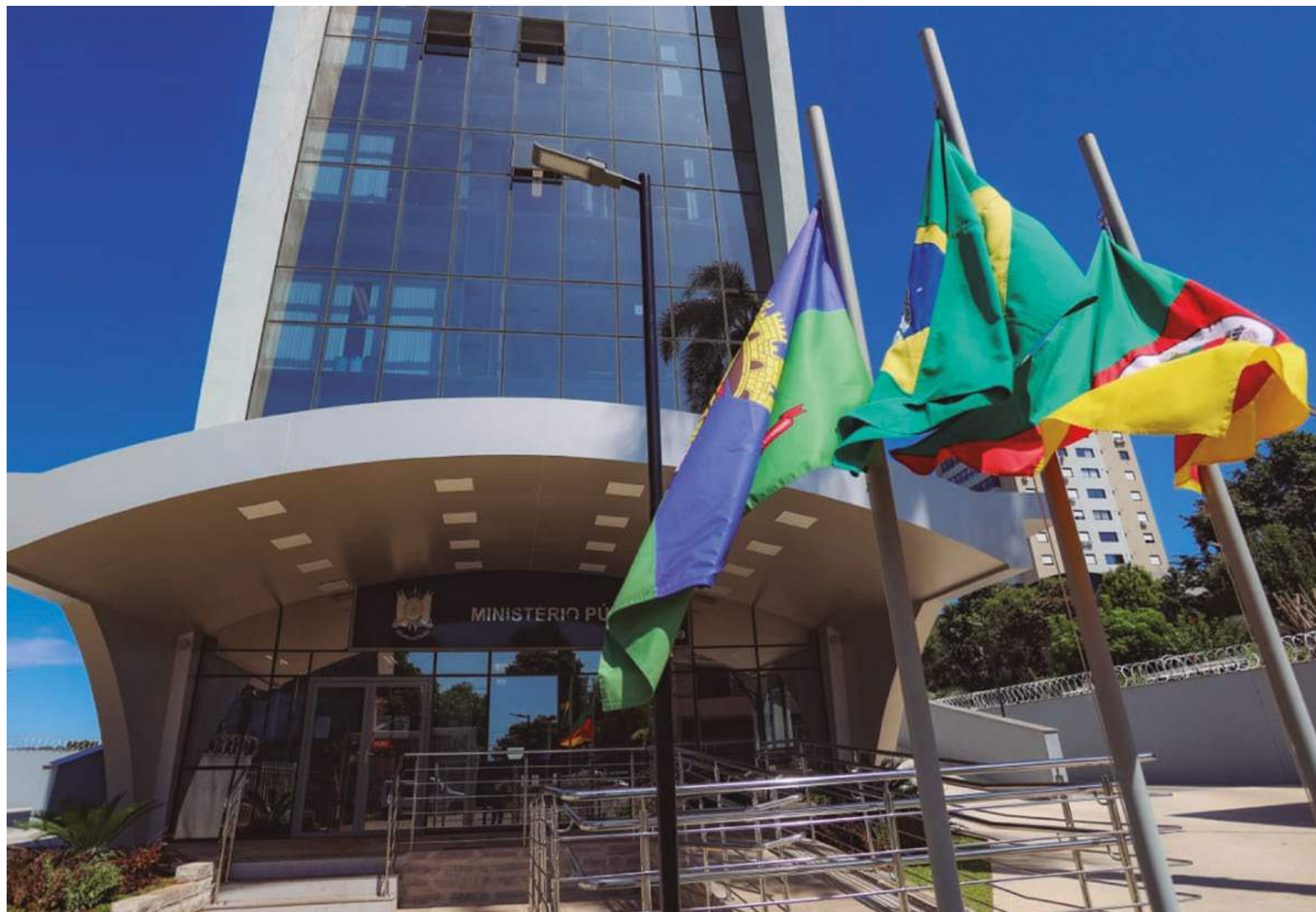
Val.: Extemporânea

AECCO

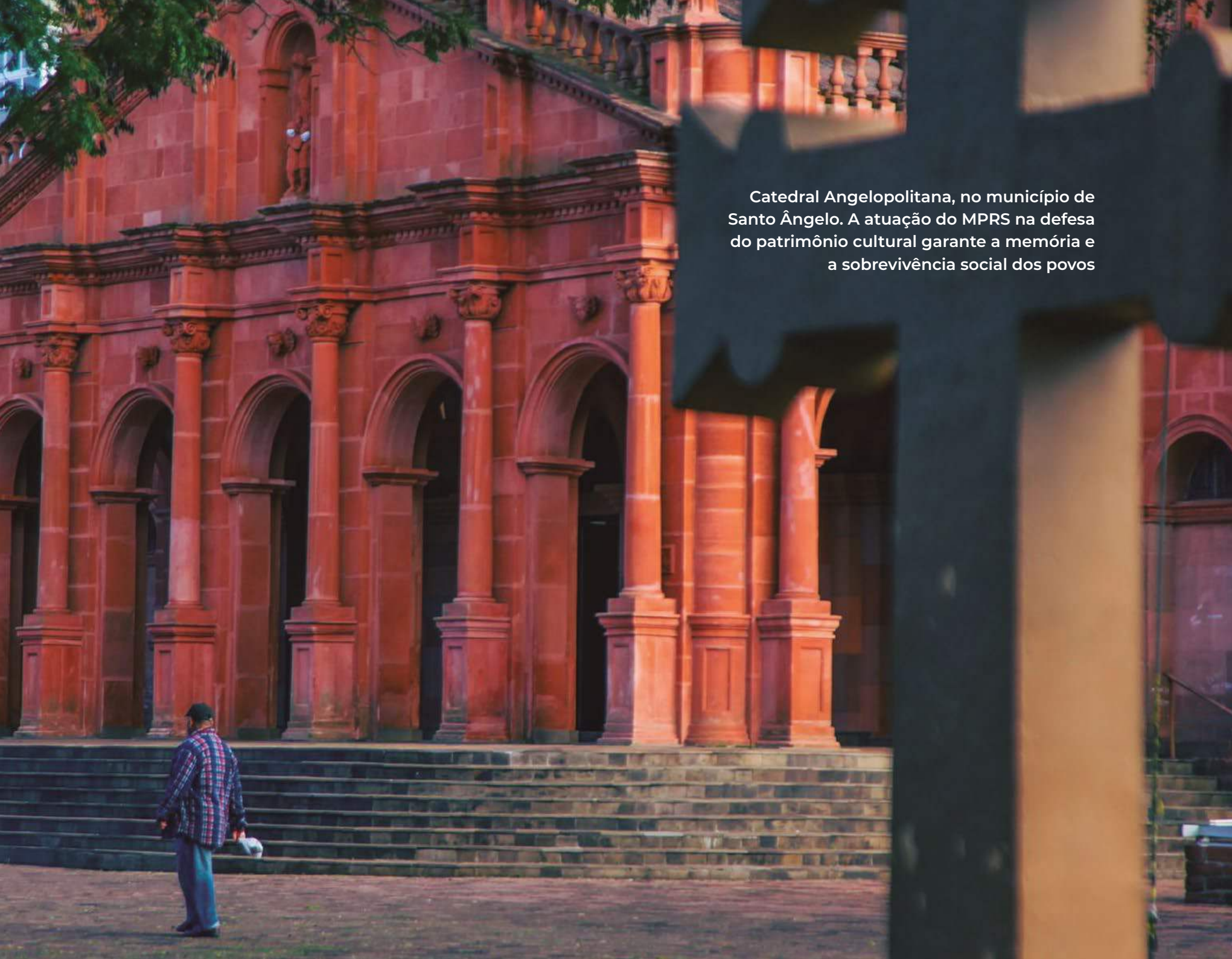
MINISTÉRIO PÚBLICO
DO RIO GRANDE DO SUL

MINISTÉRIO PÚBLICO
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Operação para coibir venda irregular de produtos à base de canabidiol



Novo prédio das Promotorias de Justiça de Passo Fundo inaugurado em 2021



Catedral Angelopolitana, no município de Santo Ângelo. A atuação do MPRS na defesa do patrimônio cultural garante a memória e a sobrevivência social dos povos



Campanha do Agasalho MPRS e AMPRS



Atuação na fiscalização dos
direitos dos animais previne
toda forma de crueldade



Fundo para Recostituição de Bens Lesados, gerido pelo MP, faz doação de cestas básicas para população vulnerável

Tenda montada para acolhimento das famílias das vítimas da tragédia na boate Kiss durante o júri





Familiares exibem faixa com os nomes das vítimas no primeiro dia do júri



Momento após a
leitura da sentença que
condenou os quatro réus



BRIGADA
MILITAR

CHOQUE

GAECO

MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ESPECIALIZADA
CRIMINAL

MINISTÉRIO PÚBLICO

ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

Operação Hipo, deflagrada em Caxias do Sul, desarticulou organização criminoso responsável por abate clandestino e comercialização de carne sem procedência





Operação Hipo identificou beneficiamento de carne de cavalo



A atuação do Ministério Público na defesa da ordem urbanística visa garantir o desenvolvimento das funções sociais da cidade e o bem-estar de seus habitantes




Condecoração Ordem do Mérito do Ministério Público do Rio Grande do Sul



O direito de brincar, além de ser reconhecido pela Constituição Federal, está previsto no Estatuto da Criança e do Adolescente



Processo principal da tragédia da boate Kiss: mais de 200 volumes e em torno de 20 mil páginas

A dramatic landscape featuring a dark, stormy sky with heavy, dark grey clouds. A bright, glowing light source is visible behind the clouds on the right side, creating a strong contrast and illuminating the scene. Below the sky, a lush green valley is visible, with rolling hills and a dense forest. In the foreground, a metal guardrail runs across the bottom of the frame, suggesting the viewer is looking out from a road or bridge. The overall mood is dramatic and atmospheric.

O MP atua para o meio ambiente
ecologicamente equilibrado, protege
a vida e a saúde das pessoas, evitando
desastres e prevenindo tragédias



Família beneficiada pelo Programa de Saneamento Rural do Município de Santo Ângelo



2ª Corrida pela
Adoção reuniu
1,2 mil participantes

PATRIMÔNIO

PÚBLICO



O MPRS zela pela transparência das informações dos órgãos públicos, pela responsabilidade fiscal, pela correta gestão dos recursos, pela lisura em certames públicos e pela retidão na contratação de produtos e serviços. Essa fiscalização da observância aos princípios da administração pública tem por objetivo garantir que a utilização dos recursos tenha como destinatário único a sociedade.

A atuação é preventiva, por meio de recomendações e termos de compromisso de ajustamento de conduta, ou repressiva, com o ajuizamento de ações civis e penais que buscam a aplicação de sanções àqueles que enriquecem ilícitamente durante o exercício de cargo público, bem como aos que causam prejuízo aos cofres públicos ou que violam os princípios regentes da administração pública.

Em 2021, o MPRS:

Instaurou

1.159

novas investigações
relacionadas à defesa
do patrimônio público

Propôs

115

ações civis
públicas

Firmou

76

termos de
ajustamento
de conduta

Expediu

155

recomendações

A atuação da instituição na área identificou, em 2021, em torno de

R\$ 1,15 BILHÃO

obtidos dos cofres públicos
de forma ilícita ou criminosa.

MORALIDADE ADMINISTRATIVA

Ao acolher manifestação do Ministério Público do Rio Grande do Sul, a Justiça manteve a sentença de primeiro grau e condenou, em fevereiro, uma desembargadora ao pagamento de multa no valor equivalente a 10 vezes sua remuneração bruta recebida à época dos fatos. Conforme as investigações, sua conduta como juíza entre 2008 e 2010 incorreu em atos de improbidade administrativa,

por ter manipulado a distribuição de um mandado de segurança impetrado em favor de um soldado da Brigada Militar, para que fosse distribuído à Auditoria da Justiça Militar da qual ela era titular. Ainda, foi identificado que a magistrada retardou sentenças, inclusive levando alguns casos à prescrição. Em nove exemplos elencados na ação, há situações, inclusive, de corrupção passiva e peculato.

**O MPRS AJUIZOU
AÇÃO CIVIL PÚBLICA
POR IMPROBIDADE
ADMINISTRATIVA
CONTRA DEPUTADO
ESTADUAL QUE
UTILIZOU ASSESSORES
EM SERVIÇOS
PARTICULARES**

UTILIZAÇÃO DE VEÍCULO OFICIAL PARA FINS PARTICULARES

O MPRS em Bom Jesus ajuizou ação civil pública, em fevereiro, por ato de improbidade administrativa contra o ex-secretário de Obras do município em razão da utilização de veículo oficial para fins particulares. Segundo apurado, em 2017 e 2018, prevalecendo-se do cargo, ele utilizou por diversas vezes e durante os finais de semana e feriados o automóvel, inclusive para realizar viagens particulares a Porto Alegre, Caxias do Sul e Torres, em pleno feriado de carnaval. Há ainda indícios de que o ex-secretário utilizou o cartão combustível do veículo de forma ilícita.

ENRIQUECIMENTO ILÍCITO

- Em fevereiro de 2021, o MPRS ajuizou inquérito civil público para investigar deputado estadual por cometimento de ato de improbidade administrativa na modalidade de enriquecimento ilícito. O objetivo foi apurar se o deputado, entre 2019 e 2021, utilizou assessores ocupantes de cargos em comissão nos seus gabinetes na Assembleia Legislativa e na Secretaria Estadual de Desenvolvimento Econômico em serviços particulares de interesse pessoal seu ou de sua família e se apropriou de parte dos salários deles. A ação civil pública por improbidade administrativa foi ajuizada em janeiro de 2022.
- A pedido do MPRS, a Justiça condenou o ex-prefeito de Gramado, por quatro mandatos, e a empresa Padan Empreendimentos Ltda. por ato de improbidade administrativa. A certidão do trânsito em julgado do Supremo Tribunal Federal foi publicada em março, não havendo mais possibilidade de recursos. Conforme a decisão, de 2017, o ex-prefeito ainda foi condenado à perda dos direitos políticos por oito anos e, junto com a empresa, a reembolsar os cofres do executivo em R\$ 121.240,88, além de pagar multa no valor de R\$ 60.620,44. Ambos ficam proibidos de contratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de 10 anos.
- O Ministério Público em Feliz ajuizou, em junho, ação civil pública por atos de improbidade administrativa contra um então monitor da Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Feliz à época dos fatos e três estudantes do Núcleo Municipal de Jovens e Adultos. Conforme a investigação, em 2019, o servidor cobrou por certificado escolar de conclusão do ensino médio, mesmo sem a realização das provas previstas no currículo.
- A pedido do MPRS em ACP, a Justiça condenou por improbidade administrativa, no mês de junho, o ex-administrador da Associação de Caridade Santa Casa do Rio Grande a ressarcir integralmente o dano causado ao erário, no valor de R\$ 174 mil, corrigidos, de cada acréscimo patrimonial indevido e também ao pagamento de multa civil no valor equivalente a três vezes o dano, de R\$ 522 mil. A decisão suspende os direitos políticos do condenado e o proíbe de contratar com o Poder Público pelo prazo de 10 anos.
- Cinco pessoas denunciadas pelo MP em 2015 pelos crimes de peculato e dispensa ilegal de licitação em decorrência da Operação Kilowatt foram condenadas pela Justiça. Um ex-diretor da Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde, em Porto Alegre, um empresário, dois engenheiros e um fiscal de obras da 1ª Coordenadoria Regional de Obras Públicas foram sentenciados a penas de dois a quatro anos e quatro meses de reclusão, mais três anos de detenção e multa de R\$ 56,7 mil por ilegalidades em contratos.

■ O MP em Sapiranga ajuizou ação de improbidade administrativa por irregularidades no sistema de cobrança e fornecimento de combustíveis operado pela Prefeitura de 2013 a 2016. De acordo com a inicial, o prejuízo aos cofres públicos foi de R\$ 400 mil, em valores da época.

■ A pedido do MP, o Poder Judiciário condenou, em setembro, quatro ex-empregados da Companhia de Processamento de Dados de Porto Alegre (Procempa) por peculato. O diretor-presidente, a diretora administrativa, o supervisor de Benefícios e o gerente de Logística, à época, também foram condenados à perda dos cargos públicos e à suspensão dos direitos políticos. Conforme a denúncia, de junho a agosto de 2011, os quatro desviaram R\$ 7.587,13 (valores da época) da Procempa para pagar despesas médicas e hospitalares de um motorista, que foi absolvido a pedido do MP, que também pediu o perdão judicial de uma das rés, o que foi concedido pelo Judiciário.

TRANSPARÊNCIA PÚBLICA

■ Em decorrência de uma ACP do Ministério Público em Rio Grande, a Justiça determinou, em fevereiro, que o Município realizasse, em 30 dias, a regularização da inclusão dos dados de qualquer despesa ou contrato no sistema Licitacon. Também estabeleceu que a prefeitura não deixe de incluir em seu site as informações relacionadas às contratações e despesas decorrentes de dispensa de licitação. O expediente teve como objetivo garantir a transparência de gastos com o enfrentamento à Covid-19, visto que verificou-se que não havia informação acerca da utilização de um valor superior a R\$ 2 milhões recebido da União nas plataformas pertinentes.

■ Em abril, o MP firmou termo de ajustamento de conduta em que a Prefeitura de Sapiranga se compromete a adotar uma série de medidas para assegurar a transparência e aumentar o grau de eficiência do serviço público prestado à comunidade. Entre as providências acordadas estão a revisão da lotação e dos horários de expediente presencial junto aos órgãos do Poder Executivo de todos os ocupantes de cargos de confiança, em comissão ou função gratificada e o ressarcimento ao erário no caso de constatação de pagamento de valores integrais quando não comprovado o cumprimento da carga horária.

A PEDIDO DO MPRS, EX-ADMINISTRADOR DA ASSOCIAÇÃO DE CARIDADE SANTA CASA DO RIO GRANDE FOI CONDENADO POR IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA

LICITAÇÕES E CONTRATOS

■ Em uma atuação conjunta do MPRS e Polícia Civil, com apoio institucional da Contadoria e Auditoria-Geral/RS, Polícia Federal e Procuradoria-Geral do Estado foi desencadeada, em maio, a Operação Union. A ação decorreu do resultado de investigações referentes às condutas de crimes licitatórios, crimes contra a administração pública, crimes contra a ordem econômica, crimes contra a ordem tributária, crimes de lavagem de dinheiro e de organização criminosa em relação a grupo econômico criminoso atuante no Estado na exploração do mercado de prestação de serviços de vigilância patrimonial privada, limpeza, portaria e similares. Constatou-se que se trata de um sofisticado esquema criminoso orquestrado para fraudar licitações e a execução dos contratos.

Estima-se que a organização, integrada por cerca de 70 pessoas físicas e 50 pessoas jurídicas identificadas, criminosamente tenha obtido dos cofres públicos em torno de R\$ 1 bilhão e figure, como ré, em aproximadamente 11 mil ações judiciais, especialmente no ramo trabalhista, bem como tenha gerado prejuízo em tributos ao erário na ordem de R\$ 150 milhões.

Na Operação Union foram cumpridas 230 ordens judiciais, dentre as quais prisões preventivas, buscas e apreensões, afastamentos de sigilos bancário, fiscal e econômico e medidas cautelares de congelamento patrimonial consistentes em bloqueios de contas bancárias e indisponibilidade de veículos, avaliados em R\$ 9 milhões.

■ Em Rodeio Bonito, após investigação destinada ao combate à corrupção e consequente ajuizamento de ação civil pública, o MP firmou acordo judicial com empresa investigada pela prática de atos lesivos ao patrimônio público, previstos na Lei Anticorrupção. A empresa praticou fraude à licitação para aquisição de um rolo compactador, em prejuízo ao erário municipal de Novo Tiradentes. Conforme acordo, a empresa pagará em torno de R\$ 700 mil a título de danos morais coletivos e ressarcimento do prejuízo.

RACHADINHA

A pedido do Ministério Público, a Justiça confirmou a condenação de um ex-vereador de Santa Cruz do Sul a oito anos e quatro meses de prisão pela prática de concussão. A investigação, no âmbito da Operação Feudalismo, detectou um esquema criminoso de extorsão de parte dos salários de dois assessores em proveito do vereador. O MPRS pede à Justiça que os valores exigidos sejam devolvidos às vítimas, em torno de R\$ 62 mil, que devem ser corrigidos após o

trânsito em julgado da sentença.

Também decorrente da Operação Feudalismo, em julho, o MP ajuizou ACP por atos de improbidade administrativa e ainda denunciou criminalmente uma ex-vereadora de Santa Cruz do Sul e seu marido por concussão, que resultou no enriquecimento ilícito de ambos às custas de três assessoras da Câmara de Vereadores. De 2014 a 2019, a dupla angariou valor superior a R\$ 180,5 mil.

NEPOTISMO

■ Em julho, a pedido do Ministério Público em ACP por improbidade administrativa, a Justiça concedeu liminar para suspender os efeitos de uma portaria editada pelo prefeito de São José dos Ausentes, em que nomeou sua namorada para o cargo de Secretária do Gabinete do Prefeito, o que configura nepotismo. O MP requereu a condenação dos réus à suspensão dos direitos políticos pelo prazo de cinco anos, a proibição de contratar com o Poder Público, bem como o pagamento de multa.

■ Em Bagé, o MP ajuizou em setembro, ACP de responsabilização por atos de improbidade administrativa contra o prefeito e uma ex-servidora comissionada. Segundo apurado, a mulher, com quem o prefeito tem um filho, foi nomeada para o cargo de Coordenadora de Posto de Saúde em 2017, mas não comparecia para trabalhar nas unidades. Foi postulado, em razão disso, a condenação do prefeito ao ressarcimento dos danos causados ao erário, a suspensão dos seus direitos políticos e a aplicação de multa civil, além de sanções à ex-servidora.

INDISPONIBILIDADE DE BENS

A pedido do Ministério Público em São Luiz Gonzaga, a Justiça determinou, no mês de agosto, a indisponibilidade de bens em tutela de urgência de quatro ex-servidores públicos da prefeitura de São Nicolau por atos de improbidade administrativa cometidos em 2015. Na ação civil pública, consta que os servidores agiram em conjunto para desviar dos cofres públicos municipais R\$ 46.051,33 arrecadados com Imposto de Transmissão de Bens Imóveis (ITBI).

**OPERAÇÃO UNION INVESTIGOU ESQUEMA INTEGRADO POR
70 PESSOAS FÍSICAS E 50 EMPRESAS QUE TERIAM OBTIDO
CRIMINOSAMENTE R\$ 1 BILHÃO DOS COFRES PÚBLICOS**

CONSUMIDOR



O Ministério Público atua na defesa coletiva do consumidor em casos que envolvem oferta de alimentos, combustíveis e medicamentos adulterados, publicidade enganosa ou abusiva, vícios e defeitos em produtos e serviços em geral, práticas e cláusulas abusivas no fornecimento de energia elétrica, telefonia, água, transporte coletivo, contratos imobiliários, ensino privado, planos de saúde, comércio eletrônico e nos demais casos de ameaça ou lesão à coletividade.

Em 2021, foram

■ instauradas

422

novas investigações

■ propostas

76

ações civis públicas

Garantia de recuperação de

R\$ 564 MIL

por meio da instituição de

225

acordos extrajudiciais

Recuperação, em prol da
coletividade, de aproximadamente

R\$ 9,5 MILHÕES

em acordos judiciais e
pelo ajuizamento de ações
coletivas de consumo.

PROGRAMA SEGURANÇA ALIMENTAR

O Ministério Público coordena o Programa Segurança Alimentar RS que tem como foco assegurar a qualidade dos alimentos comercializados. Ao longo de 2021, a força-tarefa interinstitucional do programa realizou operações em pelo menos 28 municípios, com vistorias em 112 estabelecimentos e apreensão de aproximadamente 86 toneladas de alimentos

impróprios para o consumo.

Além da atuação em âmbito estadual, a metodologia de fiscalização está sendo replicada em alguns municípios. Em Capão da Canoa, por exemplo, em duas operações realizadas, em agosto e outubro, foram apreendidas em torno de 2,5 toneladas de alimentos impróprios para o consumo, especialmente de origem animal.

ABATE CLANDESTINO E COMERCIALIZAÇÃO DE CARNE DE CAVALO

A partir de investigação de existência de abate clandestino de cavalos, com posterior trituração da carne, para venda a estabelecimentos comerciais que utilizam carne moída como ingredientes, em Caxias do Sul, o MPRS denunciou criminalmente à Justiça oito pessoas por integrarem organização criminosa, adulteração ou alteração de produto alimentício destinado a consumo, tornando-o nocivo à saúde, e crime contra as relações de consumo. Outras duas pessoas foram denunciadas por crime contra as relações de consumo.

As investigações culminaram na Operação Hipo, deflagrada em novembro pelo MPRS em conjunto com Brigada Militar e secretarias de Estado da Saúde e da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, em um total de 70 agentes, quando foram presas seis pessoas e cumpridos 15 mandados de busca e apreensão. Ainda está sendo apurada a responsabilidade dos estabelecimentos que compravam e comercializavam a carne adulterada. Até o final do ano, 56 já haviam sido identificados.

INTERDIÇÃO DE FÁBRICAS E DISTRIBUIDORAS

Em operação conjunta do Ministério Público e Polícia Civil para coibir envase, armazenamento e distribuição de água mineral de forma clandestina, em março, três pessoas foram presas e um estabelecimento foi interditado em Alvorada. A empresa estava liminarmente impedida de funcionar em razão de uma ação coletiva de consumo, sendo que as interdições anteriores foram motivadas pela qualidade insatisfatória do produto e em desacordo com as informações do rótulo. Na operação, foram constatadas ausência de análises obrigatórias, falta de higiene geral e presença de pragas na área de produção. Mais de

6 mil litros de água envasada foram inutilizados.

Em Cacequi, durante fiscalização do Programa Segurança Alimentar RS, uma fábrica de gelo clandestina foi interditada.

No mês de maio, o Ministério Público, em parceria com a Prefeitura de Porto Alegre, cumpriu mandados de busca e apreensão e interditou uma fábrica de embutidos que atuava há pelo menos 18 meses na clandestinidade, com vendas realizadas pelas redes sociais, em perfis com mais de 15 mil seguidores. Entre produtos finais e insumos, foram apreendidos 130 kg de mercadorias.

ADULTERAÇÃO DE COMBUSTÍVEL

O MPRS deu continuidade ao trabalho sistemático de combate à adulteração de combustíveis, que vem sendo realizado desde 2003. Em 2021, em operações em 16 municípios, foram vistoriados 51 postos de combustível, com a coleta de 85 amostras que geraram 147 análises laboratoriais. As avaliações apontaram irregularidades suficientes para

a interdição de seis bombas em Alvorada, Forquetinha, Lajeado, Porto Alegre e Santa Cruz do Sul, e um estabelecimento em Novo Hamburgo. As bombas e tanques com produtos de características fora das especificações legais são lacradas mediante decisões liminares obtidas em ações cautelares, e as notas fiscais do combustível impróprio, apreendidas.

PRÁTICA DE CARTEL

- O Ministério Público em Jaguarão realizou, em abril, uma audiência pública virtual para debater o sobrepreço dos combustíveis praticado no município, à época, o mais caro do Rio Grande do Sul. Ainda, a instituição acompanha a investigação da Polícia Federal, que deflagrou no mês de outubro a Operação Heavy Fuel para combater possível formação de cartel entre postos de combustíveis sediados na Zona Sul do Estado. O MP apura as questões atinentes ao direito do consumidor, que são vinculadas aos fatos, porém, na esfera da responsabilização por ilícitos no âmbito consumerista.
- O MPRS, juntamente com a Receita Estadual, realizou, no mês de novembro, a operação Pactum com o objetivo de comprovar a manipulação de preços de venda – formação de cartel – de combustíveis por postos de Porto Alegre. Foram cumpridos 20 mandados de busca e apreensão, incluindo documentos que indicam a combinação de valores. O tema é objeto de procedimento investigatório criminal no Ministério Público desde 2020.

CONDENAÇÃO POR FABRICAÇÃO DE CIGARROS

A pedido do Ministério Público, no mês de maio, três pessoas foram condenadas pelo delito de organização criminosa destinada à prática de crime contra as relações de consumo em razão da fabricação clandestina de cigarros, no município de São Sepé. A denúncia decorreu de investigação que levou à deflagração de operação em 2020. Na ocasião, foi fechada a fábrica localizada em um galpão e 17 pessoas foram presas. Posteriormente, mais uma pessoa foi presa no Estado de São Paulo.

TRANSPORTE PÚBLICO COLETIVO

- No mês de maio, o Ministério Público em Canoas firmou um termo de ajustamento de conduta com a Vicasa, empresa de transporte urbano metropolitano, a fim de promover melhorias na qualidade do serviço prestado, que tem apresentado falhas há anos, situação que se agravou durante a pandemia. Por isso, entre outras soluções, a instituição propôs a operação conjunta com a Transcal, que opera o transporte intermunicipal entre Cachoeirinha e Porto Alegre. Conforme o TAC, foi previsto a implementação de um plano em três etapas, divididas por regiões de cobertura das linhas, com a ampliação da frota em 40 ônibus e contratação de 65 profissionais. Ao final da execução, o aumento será de 110% no número de viagens, passando das atuais 244 para 514.
- Em Rio Grande, o MP também acompanha a situação e, no mês de março, recomendou que a prefeitura instaurasse processo administrativo emergencial para seleção de empresa para prestar serviço público de transporte no município. Também que revogasse o decreto vigente com a atual prestadora, Noiva do Mar, por conta da precariedade do serviço, que já é alvo de ação civil pública movida pelo Ministério Público, pois se evidencia ilegalidade na forma como o serviço foi autorizado.
- Em Santa Maria, o MPRS viabilizou um acordo entre a Prefeitura e as empresas de transporte público que evitou a paralisação na circulação dos ônibus municipais em 2021. Mais informações no capítulo Mediação e Solução de Conflitos, página 45.

**TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA
FIRMADO COM EMPRESA DE TRANSPORTE
URBANO E METROPOLITANO DE CANOAS
PREVÊ, AO FINAL DA EXECUÇÃO, INCREMENTO
DE 110% NO NÚMERO DE VIAGENS**

DESCONTOS INDEVIDOS PELO BANCO DO BRASIL

A pedido do MPRS, a Justiça concedeu, em dezembro, tutela provisória de urgência em ação coletiva de consumo e determinou ao Banco do Brasil que, no prazo de 90 dias, restituísse, em dobro, todos os consumidores que sofreram, de forma indevida, descontos a título de serviços e tarifas, com a incidência de juros legais de 1% ao mês, a contar da data do dano, em 2011. Na ocasião, a instituição financeira, a fim de alcançar metas estratégicas para elevação das receitas com tarifas, em superintendências e gerências do Rio Grande do Sul (Passo Fundo e Santa Rosa) e Goiás, promoveu a cobrança manual de tarifas não previstas em atos normativos internos e/ou sem a existência de regular fato gerador.

Nas investigações conduzidas pelo Núcleo

de Resolução de Conflitos Consumeristas do MP (Nucon), foram identificadas 4.841 partidas contábeis nessas condições, totalizando R\$ 1.032.889,29 de cobranças indevidas a título de tarifas e serviços. O MP postula ainda, na ação coletiva, a condenação do Banco do Brasil ao pagamento de indenização por dano moral coletivo o valor de R\$ 2 mil, multiplicado pelo número de clientes lesados. Também constitui objeto da ação o pedido de indenização por dano social, no valor de R\$ 50 milhões.

Na decisão liminar, além do ressarcimento, ficou determinado que o Banco do Brasil deixe de realizar qualquer cobrança a título de serviços, tarifas ou outra rubrica, que não seja expressamente autorizada por seus clientes.

**EM AÇÃO COLETIVA DE CONSUMO, MP OBTÉM
DECISÃO LIMINAR EM VALOR SUPERIOR A
R\$ 50 MILHÕES CONTRA INSTITUIÇÃO BANCÁRIA,
ALÉM DE INDENIZAÇÕES INDIVIDUAIS**

AÇÕES CIVIS PÚBLICAS NA ÁREA AMBIENTAL E DO CONSUMIDOR RESULTARAM EM ACORDOS QUE TOTALIZAM R\$ 3 MILHÕES COM EMPRESA DO RAMO IMOBILIÁRIO

ACORDO JUDICIAL


O Ministério Público firmou, em novembro, dois acordos judiciais no valor de R\$ 3 milhões, com a empresa Gramado Parks no âmbito de ações civis públicas nas áreas ambiental e de defesa do consumidor.

Na área do consumidor, a empresa se comprometeu a manter, em seus contratos, cláusula expressa referente ao direito do arrependimento previsto, com cartazes na sala de negociações informando sobre essa possibilidade legal, bem com facilitando esses pedidos de cancelamento. Entre outros pontos, se comprometeu

a não promover vendas e captação de consumidores em vias públicas, nem oferecer bebida alcoólica durante o período de negociação da aquisição, sob pena de multa.

O valor do acordo em ACP na área do consumidor – R\$ 2 milhões – será destinado ao custeio de medidas relacionadas à melhoria da segurança pública e prevenção de violência, enquanto os de eventual multa por descumprimento de cláusulas serão revertidos ao Fundo para Recuperação de Bens Lesados (FRBL).

INFÂNCIA E JUVENTUDE

A stylized illustration of a hand placing a brick on a wall. The hand and the bricks are rendered in a halftone dot pattern against a dark background with scattered orange dots. The hand is on the left, reaching towards the right, where a stack of bricks is being built.

O Ministério Público atua na garantia dos direitos da criança, do adolescente e da família, em especial, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao esporte, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade, à convivência familiar e comunitária, suspensão e destituição do poder familiar. Além disso, inúmeras iniciativas convergem no combate às diversas formas de violência contra a criança e o adolescente.

Em 2021, o MPRS instaurou

343

novas investigações em
defesa dos direitos da
criança e do adolescente

5.760

procedimentos
administrativos

relacionados a

- saúde
- medidas protetivas
- socioeducativas
- abuso
- exploração sexual
- prostituição

propondo

313

novas ações civis públicas

expedindo

301

recomendações

As irregularidades
identificadas tanto em
políticas públicas quanto nas
instituições responsáveis pelo
atendimento de crianças e
adolescentes foram objeto de

36

acordos extrajudiciais
assinados

cumprimento de

15

acordos
extrajudiciais
firmados em períodos anteriores

VIOLAÇÕES DE DIREITOS NA PANDEMIA

O ano de 2021 foi marcado pelo contexto da pandemia da Covid-19, com fortes repercussões na exposição de crianças e adolescentes a violações de direitos. A pandemia, associada a indicadores crescentes de desemprego e subemprego, ocasionou insegurança alimentar, não acesso e abandono à escola, aparente elevação da violência doméstica, incremento do trabalho infantil, crianças e adolescentes em

situação de rua, crescente vulnerabilidade de pessoas curateladas, entre outros.

Desse modo, o MPRS pautou sua atuação considerando tais fenômenos sociais, em sintonia e permanente diálogo com outras instituições e organizações sociais, para fins de fomento às políticas públicas que oferecem acesso a direitos de crianças, adolescentes e famílias.

REFORMAS DAS UNIDADES DE CENTRAL DE VAGAS

O Ministério Público atuou no monitoramento de obras de reformas que envolvem as 13 unidades de privação de liberdade e 10 unidades de semiliberdade da Fundação de Atendimento Sócio-Educativo (Fase), distribuídas nos Juizados Regionais da Infância e Juventude (exceto Osório), tendo em vista a superlotação das unidades até a pandemia, quando houve redução no número de internos. São focos deste trabalho a construção das unidades de Osório, com terreno designado, Santa Cruz do Sul e Vião, ambas com obras em andamento.

A partir do *habeas corpus* coletivo concedido

pelo Supremo Tribunal Federal, em 2020, dados os prejuízos causados aos adolescentes pela superlotação das unidades de privação de liberdade no Brasil, houve a definição de que as unidades não podem extrapolar a sua capacidade projetada. Essa diretriz nacional resultou na proposta de criação de Central de Vagas para que seja efetuada a administração da ocupação das unidades. Durante o ano de 2021, o MPRS participou, com outros órgãos e instituições que atuam na socioeducação, das discussões e elaboração de materiais que subsidiem as deliberações acerca do tema.

MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS EM MEIO ABERTO

O MPRS participou da elaboração do documento “Orientações conjuntas para retorno ao atendimento presencial das medidas socioeducativas em meio aberto”, seguindo diretrizes da autoridade sanitária. Assinado em setembro, propôs um protocolo local de retorno das atividades essenciais para implementação dos Planos Individuais de Atendimento, como acesso à escola, aos

serviços de saúde, de profissionalização, bem como de interfaces com o Sistema de Justiça, e a realização de diagnóstico local que contemple infraestrutura dos Centros de Referência Especializado de Assistência Social (CREAs) para a realização do atendimento presencial, situação jurídica dos adolescentes e condições gerais de atendimento dos demais componentes da rede intersetorial.

VIOLÊNCIA SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES

Durante a I Semana Estadual de Prevenção da Gravidez na Adolescência, em novembro, foi lançada a cartilha “Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes: linhas de cuidado em saúde para casos de gestação”, elaborada pelo MPRS, Secretaria Estadual de Saúde e Hospital Materno Infantil Presidente Vargas. A publicação traz orientações que

visam contribuir e aprimorar a atuação de conselheiros tutelares nas situações de violência sexual contra crianças e adolescentes, em especial aquelas que resultam em gestação, com informações detalhadas que remetem aos cuidados em saúde e com orientações precisas para a atuação, observando os aspectos éticos e procedimentais.

FAMÍLIAS ACOLHEDORAS

Incentivar e fornecer informações qualificadas sobre o Serviço de Acolhimento em Famílias Acolhedoras, bem como fomentar sua implementação onde houver estrutura e demanda foi o foco do MPRS para ampliar a modalidade. O Rio Grande do Sul encontra-se, em comparação a outros estados, com indicadores baixos de implementação desses serviços. Dos 497 municípios gaúchos, 30 (6,03%)

dispõem de lei que regula o acolhimento em família acolhedora e 20 (4,02%) efetivamente contam com o serviço, com 176 famílias cadastradas e 122 crianças e adolescentes atendidos. A instituição elaborou documento com diretrizes para atuação de promotores de Justiça e tem desencadeado debates e pactuações em diversos municípios gaúchos em torno do serviço na Política de Assistência Social.

PROJETO ALQUIMIA II

Diante da continuidade do cenário de pandemia da Covid-19 ao longo de 2021 e suas repercussões para a política de Educação, o MPRS deu continuidade ao projeto institucional Alquimia II, que visa à destinação de aparelhos celulares apreendidos em operações policiais/criminais a crianças e adolescentes da rede pública de ensino que não tenham acesso à internet e celular/computador, para que possam assistir aulas remotas e realizar atividades

escolares.

Com o auxílio dos núcleos de tecnologia da Pontifícia Universidade Católica do RS (PUCRS), da Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul (Unijuí) e da Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões (URI), foi possível, até o final do ano, restaurar mais de 740 aparelhos celulares (dos 2.748 recebidos). Os equipamentos foram destinados para estudantes de 15 comarcas.

RETOMADA DAS AULAS NA PANDEMIA

O Ministério Público, para assegurar o direito fundamental à educação, privilegiou uma atuação resolutiva, atuando desde junho de 2020 com os municípios, coordenadorias regionais de Educação e instituições de ensino privadas para preparação das escolas para o retorno presencial das aulas. Participou também na organização dos Centros de Operações de Emergência em Saúde e Educação (COE), e as Promotorias de Justiça Regionais da Educação (Preduc) tiveram representação junto à Comissão Estadual coordenada pela Secretaria de Estado da Educação para a normatização da volta às aulas.

Foram expedidas recomendações conjuntas com diferentes áreas de atuação do MP para execução dos protocolos na retomada das aulas presenciais e, pelo fato do dinamismo da pandemia, emitiu notas públicas, externando e uniformizando o posicionamento das Preduc. Em alguns casos houve necessidade de mediação entre as partes, com apoio do Mediar-MP, como consta no capítulo Mediação e Solução de Conflitos, página 46.

**PROJETO BUSCA ATIVA
ESCOLAR VISA GARANTIR
O DIREITO SOCIAL À
EDUCAÇÃO, A MATRÍCULA
ESCOLAR A QUALQUER
TEMPO E A RECUPERAÇÃO
DA APRENDIZAGEM**

QUALIFICAÇÃO DOS CONSELHOS TUTELARES

O Ministério Público atuou na aproximação e criação de fluxos de atendimento entre Conselho Tutelar, Brigada Militar e Polícia Civil nos casos de adolescentes apreendidos, cujas famílias não conseguem ser contatadas pela autoridade

policial, resultando em controvérsias sobre as atribuições das instituições envolvidas. Está em apreciação pelos parceiros memorando de entendimento interinstitucional, com proposta de pactuação das interfaces da atuação.

PROJETO BUSCA ATIVA ESCOLAR

Nas últimas décadas, o acesso e a permanência na escola vêm sendo perseguidos como objetivos do MPRS em articulação com o sistema de educação e as redes intersetoriais. Com a pandemia da Covid-19, muitas crianças e adolescentes, com as aulas suspensas presencialmente e impossibilitadas de acesso a meios remotos, ficaram distanciadas da política de educação. Diante disto, o Ministério Público desenvolveu o projeto Busca Ativa Escolar nas redes estadual e municipais de ensino, a fim de garantir o direito social à educação, a matrícula escolar a qualquer tempo e a necessária elaboração de um plano de ação para recuperação da aprendizagem desses alunos.

Foi constituído um Comitê Gestor Interinstitucional, do qual fazem parte, além do MPRS, Corregedoria-Geral da Justiça, Assembleia Legislativa, Tribunal de Contas do Estado, secretarias de Estado da Educação, da Saúde, da Igualdade, Cidadania, Direitos Humanos e Assistência Social, conselhos estaduais de Educação, de Assistência Social, dos Direitos da Criança e do Adolescente, Famurs e outras entidades.

Depois de um encontro online de sensibilização, no âmbito estadual, com mais de 3 mil visualizações na data do evento, foram realizados 12 encontros regionais com

a participação de 420 (84,5%) municípios, com temas como a estratégia da busca ativa, campanhas e articulação da rede intersetorial. Ao final do ano, estava em elaboração um termo de cooperação e o desenvolvimento de um aplicativo pela PUCRS de atualização da Ficha de Comunicação de Aluno Infrequente (Ficai).

Ainda, o Grupo de Trabalho da Busca Ativa do MP, formado pelo Centro de Apoio Operacional da Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões, as 10 Promotorias de Justiça Regionais da Educação e Promotorias de Justiça da Infância e da Juventude emitiram **nota pública (03/2021 – Caoijefam)** com diretrizes aos gestores educacionais, nos termos do Decreto Estadual 56.171/2021, reforçando o caráter prioritário e obrigatório das atividades escolares presenciais.



PRÊMIO INNOVARE 2021 – CONECTADOS PELA EDUCAÇÃO

No mês de dezembro, o Instituto Innovare concedeu o prêmio de sua 18ª edição ao projeto Conectados pela Educação, idealizado pela Promotoria de Justiça da Infância e Juventude de Guaíba, na categoria Ministério Público, concorrendo com o projeto “Mapa do Racismo e da Intolerância Religiosa”, aplicativo desenvolvido pelo MP da Bahia.

Leia mais sobre o projeto Conectados pela Educação no capítulo Gestão Institucional, página 36.

INVESTIGAÇÃO DE PATERNIDADE E VÍNCULO GENÉTICO

A fim de oportunizar e estimular o reconhecimento de paternidade de forma gratuita, sem necessidade de processo judicial, o Ministério Público firmou contrato com a empresa Biochemie Biotecnologia, em agosto de 2020, para realização de exames de investigação de vínculo genético, em favor de crianças e adolescentes em situações retratadas em expedientes extrajudiciais em tramitação

nas Promotorias de Justiça. As coletas podem ser feitas nos municípios de Porto Alegre, Caxias do Sul, Passo Fundo, Santa Maria, Pelotas, Alegrete, Palmeira das Missões, Ijuí e Santa Cruz do Sul. Em 2021, seis exames foram realizados, oportunidades em que a criança ou o adolescente, além dos possíveis pai e/ou mãe, realizaram a coleta do material nos municípios indicados.

DIREITOS HUMANOS



O MPRS atua na defesa da cidadania e dos direitos humanos por meio de seus promotores e procuradores de Justiça, que exercem suas atribuições nas mais diversas áreas e instâncias. Questões relativas ao cidadão como o direito à saúde, à assistência social, direitos dos idosos, direitos das pessoas com deficiência, a não discriminação racial e por orientação sexual e o combate à violência de gênero são exemplos de direitos humanos a serem defendidos pela instituição.

Em 2021, foram

■ oferecidas

3.142

denúncias
relacionadas à
violência contra
a mulher

■ instauradas

573

investigações



Ainda, o MP ofereceu

36

denúncias

- violação de direitos do idoso
- racismo
- maus tratos
- tortura

Propôs

349

ações civis públicas

Foram firmados

84

acordos
extrajudiciais

CASO JOÃO ALBERTO: TERMO DE AJUSTAMENTO DE CONDUTA COM SUPERMERCADO

Em setembro, o Ministério Público do Rio Grande do Sul, Ministério Público Federal, Ministério Público do Trabalho, Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul, Defensoria Pública da União e as entidades Educafro – Educação e Cidadania de Afrodescendentes e Carentes e Centro Santo Dias de Direitos Humanos firmaram termo de ajustamento de conduta com o grupo Carrefour no valor de R\$ 115 milhões destinados à promoção de políticas de enfrentamento ao racismo.

O acordo, que decorre da morte de João Alberto Silveira Freitas em um supermercado da rede, em 2020, é o maior TAC destinado a políticas de reparação e de promoção de igualdade racial no Brasil. Foram ouvidos movimentos sociais representativos da população negra, de forma a construir um plano de atuação que dialogasse com as suas demandas sociais e para que o acordo, de fato, impactasse a sociedade e trouxesse pessoas negras, pardas e indígenas para posições de liderança e de igualdade.

CONDENAÇÃO POR HOMOFOBIA

Em março, durante uma entrevista a uma rádio, o ex-deputado e presidente do PTB, Roberto Jefferson, dirigiu ofensas homofóbicas ao governador do Rio Grande do Sul, que enviou representação ao MPRS para que fossem tomadas as medidas cabíveis. A pedido do Ministério Público, a Justiça condenou o ex-deputado, em setembro, ao pagamento de R\$ 300 mil ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados (FRBL), ainda remetendo cópia do processo ao Ministério Público do Distrito Federal para análise de possível responsabilidade civil do partido político, por omissão.

ACOLHIMENTO AOS FAMILIARES DAS VÍTIMAS DA TRAGÉDIA DA KISS

O MPRS atuou na mediação para o acolhimento dos sobreviventes e familiares das vítimas da tragédia da boate Kiss ocorrido em 2013, durante o julgamento realizado em dezembro, em Porto Alegre. O Ministério Público, que representou a sociedade no Tribunal do Júri, e a Associação dos Familiares de Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria, juntamente com as prefeituras de Santa Maria e da Capital, organizaram o transporte, a alimentação e a hospedagem dos familiares durante o julgamento, além de estar presente na recepção às famílias.

**TAC FIRMADO COM
CARREFOUR, NO VALOR
DE R\$ 115 MILHÕES,
É O MAIOR DO PAÍS
DESTINADO A POLÍTICAS
DE REPARAÇÃO E DE
PROMOÇÃO DE IGUALDADE
RACIAL NO BRASIL**

ATENDIMENTO A PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

A partir da constatação da existência de pessoas com deficiência, com menos de 60 anos, acolhidas de forma irregular em instituições de longa permanência de idosos e em entidades clandestinas, o Ministério Público em Santa Cruz do Sul realizou um trabalho de articulação visando à desinstitucionalização, junto às secretarias municipais da Saúde e da Assistência Social e coordenadorias regionais de

Saúde e da Assistência Social do Estado.

Para os casos em que não havia possibilidade de acolhimento, o MP buscou tornar viável um Residencial Inclusivo, destinado ao atendimento de pessoas com deficiência, com representantes da prefeitura. Ainda, com a qualificação das equipes de vistoria, houve redução do acolhimento desse público em lugares não voltados para o seu atendimento.

ESTRATÉGIAS PARA ENFRENTAMENTO À PANDEMIA

O MPRS, por meio do Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos, atuou na interlocução com os órgãos públicos estaduais com atuação na área da saúde e da proteção social, contribuindo na definição de estratégias e protocolos para enfrentamento da pandemia da Covid-19 no atendimento à população.

No primeiro semestre de 2021, de crescimento exponencial do contágio da

doença e esgotamento da capacidade hospitalar em algumas regiões do Estado, as Promotorias de Justiça realizaram o acompanhamento da taxa de ocupação de leitos de Unidade de Terapia Intensiva, do eventual desabastecimento de insumos utilizados nas UTIs e do funcionamento das emergências hospitalares, visando garantir o acesso universal dos serviços de saúde.

COMBATE À DESINFORMAÇÃO EM SAÚDE

Durante a pandemia da Covid-19, a busca por informações confiáveis da área da saúde aumentou, assim como a divulgação de notícias falsas. Como forma de combater essa disseminação e tornar acessível a verificação de notícias, o MPRS, em parceria com a Procuradoria Regional da República da 4ª Região, a Procuradoria da República no Rio Grande do Sul, universidades públicas federais e institutos federais, formou a Rede Interinstitucional de Enfrentamento à Desinformação em Saúde, com o objetivo de promover ações articuladas de comunicação, educação e letramento científico e digital em saúde.

CAMPANHA DE VACINAÇÃO CONTRA A COVID-19

A partir do início da Campanha Nacional de Vacinação contra a Covid-19, em janeiro de 2021, o MPRS disponibilizou informações técnicas dos diversos órgãos sanitários quanto à distribuição de vacinas aos municípios do Estado, bem como quanto aos intervalos entre as aplicações que compõem o esquema vacinal.

Para coibir que pessoas fora dos grupos prioritários da campanha recebessem o

imunizante indevidamente, o Ministério Público e a Secretaria Estadual da Saúde lançaram um formulário para denúncias de possíveis “fura-filas” da vacina. Desse modo, a instituição recebeu informações sobre 1,3 mil supostos casos. Um dos principais objetivos com relação às denúncias é a apuração das situações mais graves e representativas que envolvem improbidade administrativa e ilícito penal.

TRANSPARÊNCIA DAS LISTAS DE ESPERA EM HOSPITAIS E CONSULTAS

Em 2021, por meio de termo de cooperação firmado entre o MPRS e o Estado do Rio Grande do Sul, promotores e procuradores de Justiça passaram a acessar o Sistema de Gerenciamento de Internações Hospitalares (Gerint) e o Sistema de Gerenciamento de Marcação de Consultas (Gercon). As ferramentas promovem a integração da rede de assistência e de regulação à saúde no território estadual, promovendo a transparência das listas de espera, assim como um controle abrangente das vagas em hospitais da Capital e do Interior.

MEIO AMBIENTE E ORDEM URBANÍSTICA

O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é garantia da coletividade, prevista na Constituição Federal de 1988, que reflete a importância da preservação dos recursos naturais para futuras gerações. O MPRS atua em busca da aplicação desse preceito, local ou regionalmente. Na ordem urbanística, o foco é o fomento e a fiscalização do cumprimento de regras e padrões reguladores do uso e ocupação do solo, a fim de promover a qualidade de vida nas cidades.

Em 2021, na defesa do meio ambiente, foram

■ iniciadas

2.023 novas
investigações

■ propostas

304 ações civis
públicas

que buscam a indenização por diversas atividades danosas, como o corte indevido de vegetação nativa, a interferência em áreas de preservação permanente, o mau uso de pesticidas e a poluição hídrica, em quantias aproximadas de

R\$ 28 MILHÕES

Proposição de

1.335
novos acordos
extrajudiciais

Cumprimento de

564
acordos
extrajudiciais

Foram
expedidas

97 recomendações

Na ordem urbanística, foram

■ instaurados

379
expedientes
investigatórios

■ propostas

12
ações civis
públicas

■ firmados

115
acordos
extrajudiciais

■ cumpridos

564
acordos
extrajudiciais

MAPBIOMAS

O projeto institucional MapBiomias MPRS, utilizando as informações da plataforma do sistema MapBiomias Alerta, integrante do Projeto de Mapeamento Anual da Cobertura e Uso do Solo no Brasil, foi criado com o escopo de combater o desmatamento no Rio Grande do Sul. Como ação efetiva em 2021, foram

encaminhados 912 alertas às Promotorias de Justiça, juntamente com um tutorial com sugestões de atuação, zerando o passivo de alertas de supressão de vegetação existentes na plataforma, no âmbito do Estado, referentes ao período de novembro de 2018 a setembro de 2021.

OPERAÇÃO MATA ATLÂNTICA EM PÉ 2021

O MPRS participou da operação coordenada nacionalmente pelo Ministério Público do Paraná, juntamente com outros 17 MPs estaduais, com o apoio de diversos órgãos ambientais, da Operação Mata Atlântica em Pé 2021, deflagrada em 21 de setembro. Foram identificados desmatamentos irregulares em 335,94 hectares de floresta em 24 municípios do Rio Grande do Sul, área 73,35% maior à detectada em 2020, e aplicadas multas aos infratores de pelo menos R\$ 2,2 milhões.

A operação busca identificar as áreas de Mata Atlântica desmatadas ilegalmente nos últimos anos, cessar os atos ilícitos e responsabilizar os infratores nas esferas administrativa, civil e criminal. As ferramentas tecnológicas disponíveis proporcionam alertas de desmatamento quase em tempo real e de forma bastante precisa, aproximando os órgãos de fiscalização das áreas afetadas, ainda que distantes, reduzindo custos das operações.

ÁGUA PARA O FUTURO

Iniciativa idealizada pelo Ministério Público do Mato Grosso, com posterior adesão pelo MPRS, o sistema Água para o Futuro tem o intuito de identificar, monitorar, preservar e recuperar nascentes, contribuindo assim para a segurança hídrica e o abastecimento público de água.

Em junho, o MPRS firmou convênio com a Corsan que visa a estabelecer o acesso da companhia ao sistema, por meio de aplicativo de celular, com repasse das informações sobre as nascentes que forem localizadas e cadastradas no âmbito do Programa Especial de Pagamento por Serviços Ambientais (PPSA). Com 200 nascentes já mapeadas e

um trabalho de recuperação e conservação em andamento, o município de Venâncio Aires foi o primeiro a contar com o programa, que busca melhorar a condição ambiental e, conseqüentemente, de saúde da comunidade local.

Ainda, como resultados efetivos do convênio, no decorrer do ano, as Promotorias Regionais do Meio Ambiente das Bacias Hidrográficas do Rio Ijuí e do Rio Gravataí, com as Promotorias locais e a Corsan, apresentou o projeto Águas para o Futuro a prefeituras e universidades objetivando a sua implantação a fim de garantir a segurança hídrica e o abastecimento de água potável.

ECOBARREIRAS EM CACHOEIRINHA

O Ministério Público, por intermédio da Promotoria de Justiça da Bacia Hidrográfica do Rio Gravataí, firmou termo de cooperação técnica e institucional com o Instituto Safeweb e o Município de Cachoeirinha para implantação e execução de projeto de Ecobarreiras (armadilhas para retenção

de resíduos sólidos) no Arroio Passinhos, o principal afluente do Rio Gravataí, além de ser o que mais aporta resíduos sólidos, provocando o extravasamento das águas e danos econômicos. A parceria busca fomentar o desenvolvimento de atuação preventiva e estratégica na bacia hidrográfica.

APLICATIVO DA COLETA SELETIVA

Em atendimento a solicitações do Ministério Público, no âmbito do acompanhamento da política pública municipal de destinação ambientalmente correta dos resíduos sólidos, representantes do Projeto Reciclar Capão da Canoa apresentaram o aplicativo da coleta seletiva do Município, desenvolvido pela Associação dos Agentes Econômicos Ecológicos local, em conjunto com a Prefeitura Municipal.

Com todo território urbano coberto pela coleta

seletiva, o aplicativo tem o viés educacional e caráter pedagógico, a fim de estimular a disposição correta dos resíduos, sobretudo a reciclagem do material, buscando evitar uma sobrecarga no aterro sanitário municipal, fiscalizado pelo MP. O aplicativo informa sobre a localização do caminhão do lixo em tempo real, o que facilita a organização da população, evitando que os resíduos fiquem muito tempo em via pública.

AMPLIAÇÃO DO PROGRAMA PROLATA

O MPRS assinou acordo para a ampliação do Programa Prolata, que viabiliza a logística reversa de latas de aço em Porto Alegre, com o Departamento Municipal de Limpeza Urbana, a Defensoria Pública do Estado e a Associação Brasileira dos Fabricantes de Tintas (Abrafati), em agosto. Estão previstas ações de capacitação, prestação de apoio técnico e logístico junto a cinco Unidades de Triagem operadas por cooperativas de catadores que participam da coleta seletiva do município e, ao final do processo, a estimativa é de que os galpões estejam licenciados ambientalmente e que os trabalhadores

potencializem sua capacidade de triagem.

O programa possibilitará o pleno atendimento das metas de reciclagem previstas para as latas de aço, conforme o termo de compromisso firmado em 2018 a partir de ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público, DMLU e Município de Porto Alegre contra 21 entidades empresariais. Outro acordo foi firmado com a Associação Brasileira de Supermercados (Abrás), em fase de cumprimento, que contemplará investimentos, pelos associados, em ações de educação ambiental e na implantação de Pontos de Entrega Voluntária.

RESSANEAR EM SANTO ÂNGELO

O MP em Santo Ângelo, desde 2018, quando assinou termo de cooperação técnica com o Município para implementação do Programa RESSanear, desenvolve ações para melhorar a gestão dos resíduos no meio urbano, além do abastecimento de água e saneamento básico no meio rural, garantindo mais qualidade de vida das pessoas. Nesse contexto, com recursos do Governo Federal, por meio do Projeto Coleta Mais Limpa, foram entregues à Associação de Reciclagem

e Educação Ambiental Ecos do Verde, no mês de abril, dois caminhões, um trator, esteira para triagem, prensas hidráulicas, 60 conjuntos de lixeiras, 15 contêineres com capacidade de mil litros, balança digital para grandes volumes, uniformes e equipamentos de proteção individual. Ainda, foram implementados projetos de educação ambiental nas escolas e campanha de conscientização da população para a importância da coleta seletiva e da segregação adequada dos resíduos.

REDE COLETORA PARA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA

A partir do Programa RESSanear, que levou à edição de resolução normativa pela Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (Agergs) que disciplina a cobrança pela disponibilidade de rede coletora pela Corsan, estabelecendo incentivos para os usuários se conectarem, foram disponibilizados, em 2021, R\$ 9,8 milhões para esgotamento sanitário da população de baixa renda no Estado. Garantir este acesso é uma das metas do programa do MPRS que impacta no desenvolvimento humano.

A aplicação da norma como mecanismo financeiro de fomento do uso da rede coletora desencadeou a ligação de 6,5 mil edificações à rede

de esgotamento sanitário, totalizando em torno de 73,5 mil ligações realizadas desde 2017. A norma foi replicada pela Agergs para outros prestadores de serviços de saneamento com contratos com os municípios regulados por ela, e também por outras agências reguladoras, o que tem sido objeto de acompanhamento pelo MP.

Nesse contexto, a articulação do MP levou à elaboração pela empresa BRK Ambiental do “Programa para Interligação de Clientes ao Sistema Público de Esgotamento Sanitário de Uruguaiana”, aprovado pela Agergs, cujo Relatório de Levantamento de Campo identificou 118 usuários enquadrados na categoria Residencial Social como aptos a receber custeio.

ESGOTAMENTO SANITÁRIO EM XANGRI-LÁ

A fim de solucionar os problemas do sistema de esgotamento sanitário em Xangri-lá, no Litoral Norte, o MPRS, juntamente com Ministério Público Federal, firmou termo de ajustamento de conduta com o Município, Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan), Fundação Estadual de Proteção Ambiental Henrique Luiz Roessler (Fepam) e um grupo de empreendedores locais, em dezembro. O objetivo é cessar os extravasamentos de efluentes e as rupturas de talude – estrutura que garante a

estabilidade das bacias de infiltração – que estão ocorrendo nas Estações de Tratamento de Esgoto, além de ampliar o sistema, de forma a garantir o desenvolvimento sustentável da cidade, uma vez que a atual estrutura já está saturada.

O TAC prevê a imediata interrupção de novos acréscimos de esgoto nas ETEs, enquanto não houver a ampliação do sistema, com prazos e obrigações bem definidos para cada um dos signatários, e multas para o caso de descumprimento das obrigações.

ACORDO PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS DO ENTORNO DA ARENA DO GRÊMIO

O MPRS, o Município de Porto Alegre, as empresas OAS Investimentos, Arena Porto Alegrense, Karagounis, Albizia Empreendimentos Imobiliários, Acauã Empreendimentos Imobiliários e Grêmio Foot-Ball Porto Alegrense, na qualidade de garantidor, assinaram, em abril, acordo para a execução das obras do entorno da Arena do Grêmio. O acordo foi fruto de uma construção complexa e bastante longa, porém necessária para que fosse assegurado o cumprimento das obrigações assumidas pelos empreendedores quando do licenciamento da obra, assim como garantidos os direitos da

sociedade, representada nas negociações pelo MPRS.

Conforme o acordo, que além da Promotoria do Meio Ambiente de Porto Alegre contou com a atuação do Núcleo Permanente de Incentivo à Autocomposição – Mediar-MP, ficou determinada a antecipação das obras de drenagem na região, uma vez que aquelas mais substanciais, entre elas ampliação das vias, ciclovias, construção de Estação de Bombeamento de Esgoto, estão condicionadas à concretização da transação para aquisição da gestão da Arena pelo Grêmio.

REQUALIFICAÇÃO URBANA NOS BALNEÁRIOS DE ALEGRIA E ALVORADA EM GUAÍBA

No mês de abril, em cumprimento de termo de ajustamento de conduta assinado em 2019 pela empresa CMPC, foram entregues as obras de requalificação urbana nos balneários Alegria e Alvorada, ambos localizados em Guaíba. O TAC foi firmado em função de ocorrências socioambientais causadas

pela empresa durante a expansão da planta no município. Os moradores da cidade, que participaram da definição dos projetos, juntamente com MPRS, Fepam e a empresa, passaram a contar com novas áreas de lazer, locais para práticas de esportes, espaço pet e novos píeres, refletindo em mais qualidade de vida.

R\$ 9,8 MILHÕES FORAM DESTINADOS PARA ESGOTAMENTO SANITÁRIO DA POPULAÇÃO DE BAIXA RENDA NO ESTADO A PARTIR DE ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO QUE RESULTOU EM EDIÇÃO DE NORMATIVA PELA AGERGS

AÇÃO CIVIL PÚBLICA DO MPRS PEDIU CONDENÇÃO AO PAGAMENTO DE R\$ 8,6 MILHÕES POR EMPRESA QUE NÃO ADERIU A ACORDO PARA MITIGAÇÃO DE DANOS CAUSADOS PELA UTILIZAÇÃO DE AGROTÓXICO

DERIVA DO HERBICIDA 2.4-D

O MPRS, juntamente com a Procuradoria-Geral do Estado, ajuizou, no mês de julho, ação civil pública de responsabilidade contra a Adama Brasil, única empresa produtora do herbicida 2.4-D que não aderiu ao acordo para mitigação dos danos provocados pela utilização do agrotóxico hormonal no Rio Grande do Sul. Na ACP, foi pedida a condenação ao pagamento de indenização pelo risco da atividade desenvolvida por danos patrimoniais e extrapatrimoniais no valor correspondente ao percentual de danos causados pela empresa, no valor de R\$ 8,6 milhões, a ser revertida ao Fundo para Reconstituição de Bens Lesados.

Os acordos foram firmados com as demais empresas com o objetivo de buscar a reparação pelos danos causados pela deriva do herbicida, com a implantação de projetos de TI em favor das Secretarias do Meio

Ambiente e Infraestrutura e da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Rural, além do custeio da testagem de amostras de vegetais contaminados.

Também a pedido do MP, em ACP, a Justiça determinou liminarmente, em outubro, que uma cooperativa de Vacaria se abstenha de comercializar qualquer produto com o agrotóxico hormonal 2.4-D. A empresa não quis se adequar às normas legais para vender este tipo de herbicida. Apenas 10% dos produtores rurais não aceitaram a proposta de acordo do MP na comarca e ações estão sendo ajuizadas para proteger o meio ambiente saudável e outras culturas de mesma importância para a economia do Estado. Além da proibição, a ação também pede que a cooperativa seja condenada ao pagamento de danos morais à coletividade; e danos materiais individuais e do Poder Público.

PARQUE DAS ORQUÍDEAS

Objeto de ACP do Ministério Público em Gramado, o Parque das Orquídeas passou a ter em torno de 30 hectares. No processo, foram iniciadas as negociações entre o Município, a empresa proprietária e o MPRS, visando à aquisição do terreno de 9,6 hectares pela municipalidade. Além de central, a área apresenta imenso valor ambiental e sua anexação ao Parque das Orquídeas contempla a necessidade de manutenção do corredor ecológico existente até o Parque dos Pinheiros. A aquisição, aprovada pela Câmara de Vereadores em outubro, será efetivada por meio de recursos do Fundo Verde municipal.

MPRS RECEBE PRÊMIO CAU/RS 2021

O MPRS recebeu o Prêmio CAU/RS 2021 na categoria Poder Público – Pessoa Jurídica, do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Rio Grande do Sul, em novembro. A honraria tem como objetivo identificar e valorizar iniciativas que tenham contribuído para a promoção e valorização da arquitetura e urbanismo no Estado, realizadas por pessoas físicas e jurídicas de outras áreas de atuação.

MORTANDADE DE PEIXES NO RIO DOS SINOS

O MPRS ajuizou, em setembro, duas ações que visam à reparação dos danos ambientais decorrentes do desastre ocorrido em 2006 que levou à grande mortandade de peixes na Bacia do Rio dos Sinos. A primeira é de liquidação e execução de sentença penal condenatória transitada em julgado contra duas empresas (PSA Indústria de Papel S/A e Curtume Kern Mattes Ltda.) e seus gestores, à época, e o gestor de uma terceira (Utresa).

Já a segunda é uma ação civil pública para reparação de danos ambientais contra uma empresa (Utresa); o técnico responsável pela PSA e Kern Mattes Ltda.;

e a Fepam, uma vez que ficou configurada grave omissão do órgão ambiental na condução do processo de renovação da licença de operação concedida à Utresa, meses antes do desastre, quando o empreendimento não apresentou condições suficientes para receber a outorga.

Em ambas as ações, o Ministério Público requer a condenação dos demandados, de maneira solidária, a prestar indenização pecuniária pelos danos ambientais irrecuperáveis causados no valor de R\$ 7,87 milhões, além de indenização pelos danos morais coletivos causados em valor a ser arbitrado pela Justiça.



APROXIMAÇÃO

COM A

SOCIEDADE

Fortalecer os processos de comunicação e ampliar os canais de atendimento são objetivos estratégicos nacionais do Ministério Público, classificados como transversais, ou seja, devem atravessar todas as áreas da instituição. No MPRS, além das formas tradicionais, presencialmente, por telefone ou e-mail, o atendimento é realizado virtualmente pelo site, por aplicativo de celular e nas redes sociais. No site da instituição, por meio do Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (Siac), é possível protocolar denúncias e representações, assim como requerer informações administrativas.

Na Ouvidoria, também disponível para acesso pelo site, são recebidos questionamentos e considerações referentes à atuação de membros e servidores do Ministério Público.

EM 2021, PROJETO PILOTO DE ATENDIMENTO POR WHATSAPP TEVE 99% DAS DEMANDAS SOLUCIONADAS PELO SERVIDOR QUE EFETUOU PRIMEIRO CONTATO

COMUNICAÇÃO DE RESULTADOS E ATENDIMENTO

ATENDIMENTO AO CIDADÃO

O atendimento virtual, especialmente por meio do Serviço de Informações e Atendimento ao Cidadão (Siac), registrou alta em relação ao ano anterior, mantendo a curva ascendente. Da mesma forma, o atendimento presencial manteve a tendência de queda. Em 2021, foram atendidas remotamente pelo Siac 15.293 solicitações, representando aumento de 4%. Já no formato presencial, a redução em relação ao ano anterior foi de 24%. Procuraram atendimento nas unidades e Promotorias de Justiça de todo o Estado 18.278 pessoas.

WHATSAPP

O projeto de atendimento ao cidadão pelo aplicativo WhatsApp, implementado em 2020, seguiu apresentando bons resultados. Em 2021, foram registrados 1.188 atendimentos nas Promotorias de Justiça que fazem parte do piloto: Canoas, Flores da Cunha, Passo Fundo, Viamão e Porto Alegre, por meio da Central de Atendimento Cidadão. O objetivo é utilizar mais este canal para prestar informações, receber denúncias, além de, quando necessário, agendar audiências com os promotores. Em 99% dos casos atendidos no ano passado, as demandas foram resolvidas pelo próprio servidor que efetuou o primeiro contato.

CHATBOT

Aplicação criada para agilizar o atendimento do cidadão pelo site do MPRS, o chatbot da instituição, denominado Bento, realizou 15.745 atendimentos em 2021.

OUVIDORIA

A Ouvidoria do MPRS é também um canal direto de comunicação com o cidadão, disponível para receber questionamentos e considerações referentes à atuação de membros e servidores da instituição. Durante o ano de 2021, o setor recebeu e analisou 10.253 manifestações, 855 expedientes mensais, em média.

COMUNICAÇÃO PÚBLICA

Seguindo os princípios que regem a comunicação pública, além de disponibilizar informações aos veículos tradicionais, como forma de prestar contas à sociedade, o MPRS segue investindo nas redes sociais para ampliar a divulgação, o acesso e a interação com o cidadão.

Em 2021, o perfil da instituição no Instagram foi o que apresentou o maior crescimento, com aumento de 44% no número de seguidores. Mesmo inferior, também houve crescimento no Facebook, cerca de 10%, somando, até dezembro, 77.627 pessoas. No Twitter, o aumento foi de 8%, totalizando 67.932 seguidores. Juntos, os três perfis são cada vez mais importantes como canais de interação e comunicação direta com a sociedade.

Na mídia tradicional, rádios, TVs, jornais e portais de notícias, foram registradas, no ano passado, 28.819 citações ao Ministério Público.

CITAÇÕES	2017	2018	2019	2020	2021
Rádio	6.572	7.617	7.023	6.317	6.097
TV	2.673	2.940	3.433	3.022	3.887
Site	10.109	9.441	10.076	15.563	13.708
Impresso	6.009	5.205	6.196	4.579	5.127
TOTAL	25.363	25.203	26.728	29.481	28.819

Quadro comparativo com soma de citações ao MPRS na imprensa

ATENDIMENTOS EM REDES SOCIAIS

Também pelas redes sociais são realizados atendimentos ao cidadão, tanto por comentários em postagens como inbox. Em 2021, foram atendidas, individualmente, pelos perfis do MPRS no Facebook e Instagram, 411 pessoas.

JÚRI DA BOATE KISS

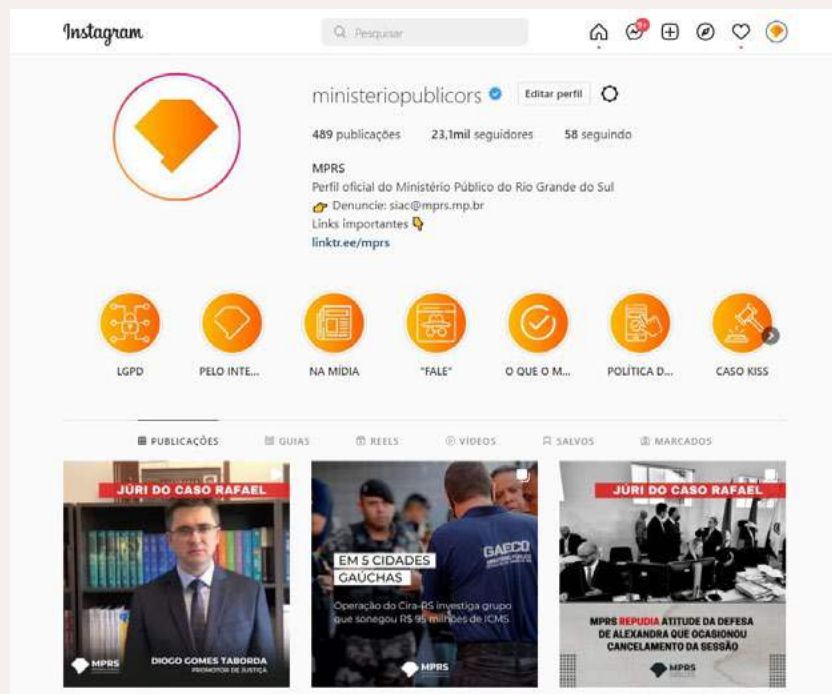
O júri do caso da boate Kiss foi um dos maiores acontecimentos do ano de 2021 para o MPRS também na perspectiva da comunicação. Além do atendimento às demandas dos jornalistas, a equipe de comunicação atuou na produção de materiais, a partir de pesquisas em publicações da imprensa ao longo dos anos, que auxiliaram os promotores de Justiça na preparação para o júri. Também foi produzido material em vídeo para apresentação durante os debates em plenário.

Nos dias que antecederam o julgamento e durante os 10 dias de júri, uma equipe de jornalistas e designers trabalhou na produção e divulgação de imagens e informações sobre a atuação do MPRS no caso.

Pelos perfis do Ministério Público no Twitter, Instagram e Facebook foi possível acompanhar o trabalho dos promotores na acusação dos réus. De 1º a 10 de dezembro foram postados 353 tuítes, 165 stories e mais de 200 fotos. Além dessa cobertura em tempo real, um resumo da atuação do MPRS no julgamento foi divulgado diariamente em textos publicados no site da instituição e postado nas redes sociais.

Somente o card final com a sentença alcançou 89.332 mil contas no Facebook e 30 mil no Instagram. Também no perfil do MPRS no Instagram, o vídeo com os promotores comentando o resultado do júri obteve 10.309 visualizações e 14.522 foram as contas alcançadas.

Nos veículos tradicionais – rádio, TV, jornal e sites de notícias – a cobertura do júri resultou em grande exposição para MPRS. Somados, os meses de novembro e dezembro registraram 910 citações ao Ministério Público em notícias, entrevistas e debates sobre o caso da boate Kiss, 99% delas positivas para a instituição.



NOVA IDENTIDADE VISUAL

Foi lançada no final de 2021, a nova marca do Ministério Público do Rio Grande do Sul. Depois de um longo período de pesquisa e desenvolvimento, a nova identidade visual estampou em cor e formas o site e as redes sociais do MPRS e passará a ser utilizada em materiais de divulgação externa e na comunicação interna da instituição.

Na psicologia das cores, a cor laranja, escolhida a partir de consulta com membros e servidores do MPRS, remete à assertividade, energia, prontidão, proximidade e faz referência a importantes símbolos do Estado do Rio Grande do Sul: a chama crioula e o pôr do sol.



PRÊMIO JORNALISMO

Em sua 23ª edição, o Prêmio Jornalismo MPRS recebeu 47 trabalhos que foram inscritos nas categorias Proteção Social, Segurança Pública, Saúde e Educação, Sustentabilidade, Defesa do Patrimônio Público e Reportagem Universitária.

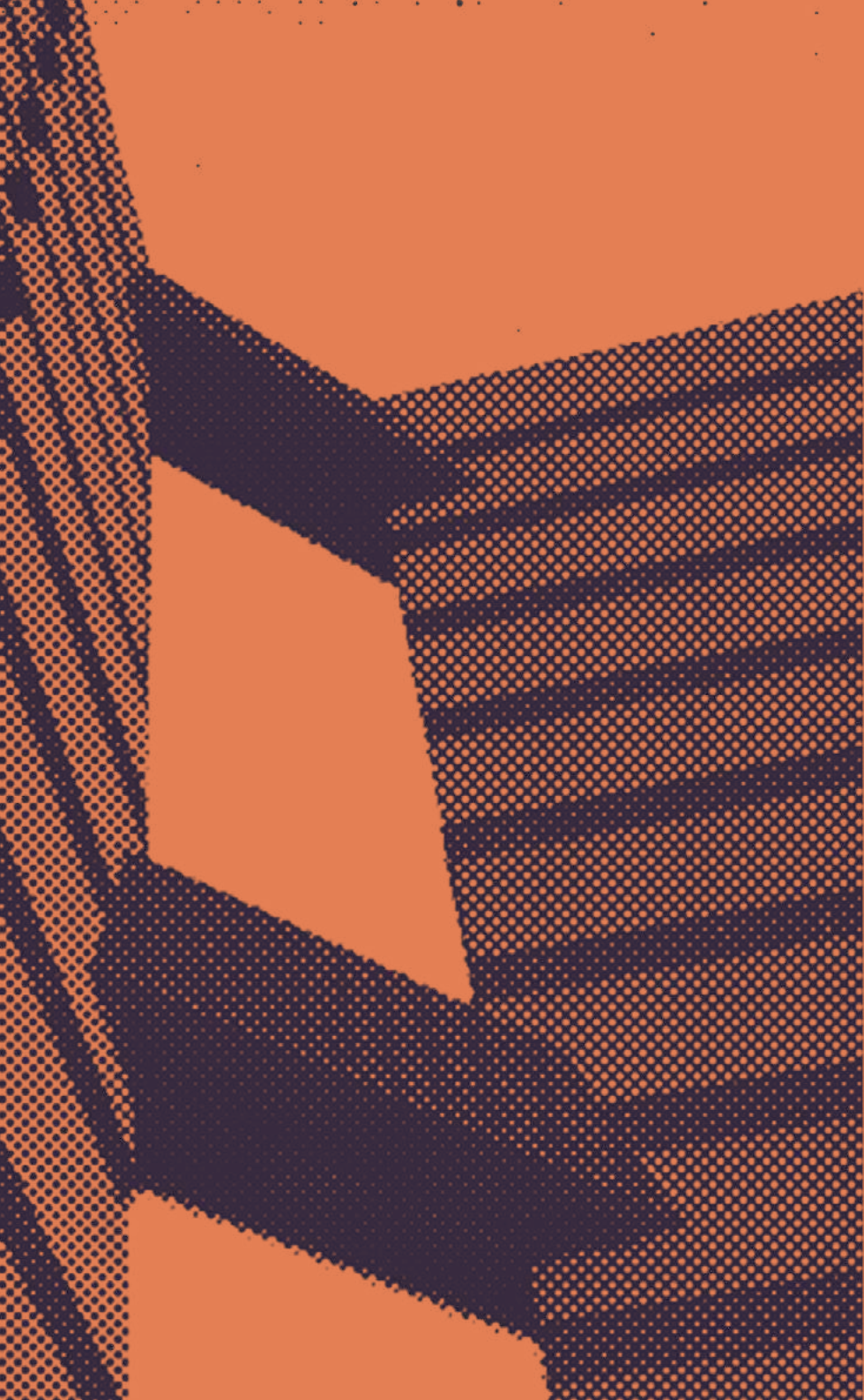
O Prêmio é uma iniciativa do MPRS, em parceria com Associação do Ministério Público (AMPRS) e Fundação Escola Superior do Ministério Público (FMP), com apoio da Associação Riograndense de Imprensa (ARI) e do Sindicato dos Jornalistas do RS (Sindjors).

	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
Proteção Social	Cristine Gallisa e equipe (RBS TV), com a série de reportagens Violência Infantil – Silêncio e Omissão, que retrata como o isolamento provocado pela pandemia agravou e ocultou os registros de violência sofrida por crianças e adolescentes.	Bianca Dilly (Jornal NH), com série de reportagens que contam a história de adolescente vítima de violência sexual e a coragem de uma mãe que transformou o luto em luta.	Geórgia Santos (Vós) e equipe, com o documentário O Retrato da Miséria, que retrata os milhões de brasileiros que não têm acesso pleno e permanente a alimentos, além do trabalho de entidades engajadas no combate à fome.
Segurança Pública	Fabrizio Falkowski (Correio do Povo), com reportagem sobre a Operação Criptoshow e seus desdobramentos, apontando motivos que levam alguns ex-atletas a se envolverem com o crime.	Caroline Garske Rosa (O Informativo do Vale), com reportagem sobre o projeto de ressocialização de mulheres com tornozeleira eletrônica ou em condicional para que não retornem ao crime.	Vítor Rosa (RBS TV), com reportagem sobre a formação de uma milícia por policiais de Alvorada, denunciados pelo Ministério Público.
Patrimônio Público	Giovani Grizotti e Glaucius Oliveira (RBS TV) com reportagem sobre irregularidades nas eleições municipais de 2020 e investigação do MPRS que aponta distribuição de dinheiro, carne e até retenção de títulos de eleitores em troca de votos em dois municípios.	Eduardo Matos (Rádio Gaúcha, GZH, Zero Hora e Diário Gaúcho), com reportagem sobre operações deflagradas pelo MPRS em esquema de desvio de recursos públicos em Cachoeirinha.	Pedro Piccoli Garcia (Gazeta do Sul), com série de reportagens que tratam de desdobramentos da Operação Feudalismo, do MP em Santa Cruz do Sul, que revelam a existência de esquemas de concussão instalados na Câmara de Vereadores, bem como outras irregularidades.

	1º LUGAR	2º LUGAR	3º LUGAR
Saúde e Educação	Aline Custódio (GZH e Rádio Gaúcha), com reportagem sobre a parceria entre o MPRS e MPT que já destinou quase R\$ 11 milhões de multas e indenizações trabalhistas para bolsas de estudo, qualificações estruturais de instituições e outros auxílios, beneficiando crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade em Porto Alegre.	Hygino Vasconcellos (UOL), com reportagem que apresenta o projeto Alquimia II, do MPRS, que, por meio de parcerias com universidades e órgãos públicos, possibilita o acesso de estudantes a celulares para que eles possam acompanhar as aulas.	Adriana Irion e Humberto Trezzi (Zero Hora), com reportagem que retrata o perfil das vítimas do incêndio no Hospital Lauro Reus de Campo Bom, os contratos da Associação São Miguel, gestora do hospital, e o trabalho do MPRS.
Sustentabilidade	Leonardo Müller e equipe (RBS TV), com série de reportagem sobre o impacto da construção da Arena na vida dos moradores, que após nove anos da inauguração ainda sonham com um lugar melhor a partir de obras que não saíram do papel.	Ermilo Drews (Jornal NH) apresenta em reportagem a atuação de instituições e órgãos de controle para recuperação da bacia do Rio dos Sinos, 15 anos após mortandade de peixes.	Luciane Kohlmann e equipe (SBT), sobre a atuação do MPRS acerca da deriva do herbicida 2.4-D.
Reportagem Universitária	Nathan Álisson Nunes Breitenbach (UPF), com série de reportagens abordando o recrutamento de jovens nas facções criminosas no RS e as perspectivas da ressocialização.	Nicoli Silveira da Silva (UniRitter), com reportagem que mostra a vida de quem saiu do sistema penitenciário, mas não encontra emprego.	

GESTÃO ADMINISTRATIVA

A atuação administrativa reflete as atividades de gestão de pessoas, de processos de trabalho, de tecnologia da informação, orçamentária e financeira e de infraestrutura física do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.



Essas atividades são fundamentais para que sejam disponibilizados os meios necessários à realização das atividades finalísticas da instituição, bem como garantir a maior eficiência possível na utilização dos recursos existentes.

**A ATUAÇÃO ADMINISTRATIVA
EMPREENDE ESFORÇOS EM
DIVERSOS PROJETOS E AÇÕES
CONSTANTES NO MAPA
ESTRATÉGICO**

GESTÃO DE PESSOAS

CAPACITAÇÕES

Com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados à sociedade, o Ministério Público investiu no aprimoramento cultural e profissional dos seus membros e servidores, por meio de diversas capacitações e projetos educacionais.

DADOS GERAIS DAS CAPACITAÇÕES

Número de Projetos Educacionais ¹	201
Número de turmas	226
Somatório da carga horária dos Projetos Educacionais ²	1.135 horas
Total de certificações nos Projetos Educacionais	5.773

¹ Alguns projetos são compostos de uma ou mais turmas, por essa razão, o somatório das turmas não coincide com o número de projetos.

CONCURSOS PÚBLICOS REALIZADOS

Suspenso em março de 2020, em consequência da pandemia da Covid-19, o XLIX Concurso para Ingresso à Carreira do Ministério Público foi retomado em agosto de 2021, sendo realizada a Prova Preambular para 3.989 candidatos inscritos, visando o preenchimento de 15 vagas para o cargo de Promotor de Justiça.

Houve, ainda em 2021, a realização de concursos para os cargos de Técnico do Ministério Público e Analista do Ministério Público – Especialidade Direito, com 26.466 e 9.820 candidatos inscritos, respectivamente. Os concursos foram encerrados em novembro e os candidatos aprovados estão aptos a serem nomeados.

NOMEAÇÕES PARA O QUADRO DE PESSOAL DA PGJ

As nomeações de servidores foram efetuadas visando suprir as vacâncias decorrentes das exclusões de pessoal, como: aposentadorias, exonerações e falecimentos, além de contemplar as necessidades de pessoal decorrentes do crescimento da instituição.

Neste contexto, foram empossados e entraram em exercício seis servidores de cargos de provimento efetivo, conforme o quadro:

CARGO	TOTAL
Agente Administrativo	03
Oficial do Ministério Público	03
TOTAL	06

Fonte: URF/DRHUM, em 17.12.2021
Período de apuração: 01.01 a 17.12.2021

EVOLUÇÃO DOS RECURSOS HUMANOS

O quadro total teve a seguinte evolução nos últimos cinco anos:

ANO	TOTAL DE MEMBROS	TOTAL DE SERVIDORES*	TOTAL DE MEMBROS E SERVIDORES
2018	693	2.320	3.013
2019	700	2.315	3.015
2020	687	2.313	3.000
2021	680	2.290	2.970

* Includos os servidores de provimento efetivo, adidos, cargos em comissão
Fonte: DRHUM, em 17.12.2021

INFRAESTRUTURA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

PROJETOS

Com o intuito de elevar os padrões técnicos e científicos dos serviços prestados à sociedade, o Ministério Público investiu no aprimoramento cultural e profissional dos seus membros e servidores, por meio de diversas capacitações e projetos educacionais.

DIGITALIZAÇÃO DE PROCEDIMENTOS

- **Objetivo estratégico:** conversão do acervo físico em acervo digital, para uso no e-Proc e no SIM
- **Descrição:** em 2021, o MPRS promoveu a digitalização de todo o acervo de inquéritos policiais e procedimentos extrajudiciais existente nas Promotorias do Interior. O trabalho foi feito por empresa contratada e por meios próprios.
- **Resultados alcançados:** digitalização de 1.049.729 folhas.

CRIAÇÃO DA UNIDADE DE SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

- **Objetivo estratégico:** segurança e proteção dos dados corporativos no âmbito da instituição
- **Descrição:** criação da Unidade de Segurança da Informação por recomendação de empresas externas para apoiar a implementação de mecanismos de que visem à segurança e à proteção dos dados corporativos no âmbito da instituição.
- **Resultados alcançados:** unidade criada e servidores lotados. Tentativas de invasão cibernética rechaçadas.

SOS MULHER

- **Objetivo estratégico:** combate à violência doméstica
- **Descrição:** aplicativo móvel destinado ao combate à violência doméstica. O app funciona por meio do disparo de mensagens de texto via SMS para contatos previamente cadastrados pela usuária, com pedido de socorro e informação sobre a localização aproximada do telefone, baseada no GPS do celular.
- **Resultados alcançados:** aplicativo disponibilizado.

CERTIDÃO NEGATIVA PELA INTERNET

- **Objetivo estratégico:** facilitar acesso às informações
- **Descrição:** permite a emissão de certidão negativa para pessoas físicas e jurídicas, relativa a procedimentos investigatórios em tramitação e com classificação de sigilo ostensiva.
 - Formulários online de requisições da Divisão de Recursos Humanos na internet;
 - Formulários online, em substituição ao antigo Formulário de Requerimento Único da Divisão de Recursos Humanos, permitindo diversas requisições, tais como: abono de permanência, certidões, averbação de tempo de serviço e licenças.
- **Resultados alcançados:** aplicativo disponibilizado.

SISTEMA PARA CONTROLE DE SOLICITAÇÕES AO FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS (FRBL)

- **Objetivo estratégico:** dar transparência e agilidade aos processos
- **Descrição:** sistema na internet que permite o envio de propostas de convênios, feitos por órgãos da administração estadual e municipal do Rio Grande do Sul, e propostas de parcerias, com termos de apresentação de sugestões temáticas, por organizações da sociedade civil que tenham atuação harmonizada com as finalidades do FRBL.
- **Resultados alcançados:** aplicativo disponibilizado.

SISTEMA DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO PARA A ASSESSORIA DE PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO (APO)

- **Objetivo estratégico:** gerenciar o planejamento orçamentário da instituição.
- **Descrição:** o sistema foi criado para gerenciar o planejamento orçamentário da instituição, no intuito de sistematizar as propostas orçamentárias, objetivando a inclusão padronizada das propostas orçamentárias, acompanhamento dos prazos de encaminhamento das despesas e transparência e eficiência nas decisões. O sistema foi desenvolvido para que as informações sejam unificadas, otimizando a análise, objetivando clareza e rapidez na tomada das decisões.
- **Resultados alcançados:** aplicativo disponibilizado.

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

ORÇAMENTO MPRS APROVADO X RECEITA CORRENTE LÍQUIDA DO RS

O Ministério Público assegurou, o exercício de 2021, um orçamento de R\$ 1.146.449.268,00, sendo que a despesa geral do Estado, fixada na Lei 15.562/2020, foi de R\$ 66.915.713.826,00. Ao lado, o quadro evolutivo dos últimos três anos:

Ano	Estado do Rio Grande do Sul		Ministério Público	
	Orçamento Aprovado	Receita Corrente Líquida ***	Orçamento Aprovado **	Orçamento Empenhado *
2019	73.362.938.931,00	39.650.310.675,47	1.101.719.458,00	1.110.256.028,86
2020	66.438.427.039,00	41.982.291.926,88	1.146.449.268,00	1.101.542.671,28
2021	66.915.713.826,00	53.790.325.445,44	1.146.449.268,00	1.137.837.675,12

*Valores em R\$ contemplam somente Recurso 0011

** Orçamento aprovado MP = Recursos 0011

*** RCL Ajustada

Fontes: FPE, Orçamento e Balanço Geral do Estado

ORÇAMENTO POR GRUPO DE DESPESA

O quadro demonstra os montantes do orçamento disponíveis para execução (Dotação com Alteração) e do orçamento empenhado, no âmbito do Ministério Público em 2021, por grupo de despesas.

Demonstrativo Orçamento	Pessoal e Encargos sociais	Despesas Correntes	Despesas de Capital	Total
Dotação com Alteração	982.016.089,56	140.423.616,73	15.397.968,83	1.137.837.675,12
Empenhado	982.016.089,56	140.423.616,73	15.397.968,83	1.137.837.675,12

**Valores em R\$ contemplam somente Recurso 0011 (Dotação com Alteração)*

ANÁLISE QUALITATIVA DAS DESPESAS POR GRUPOS

A despesa orçamentária empenhada no ano de 2021, considerando-se os recursos livres (Recurso 0011 – Tesouros Livres), representou 100% do orçamento disponível ao final do exercício (Dotação com Alteração). Do total empenhado, 1,35% foi destinado a despesas de capital, 12,34% para as despesas de custeio e 86,31 % para despesas de pessoal.

Verifica-se que o índice de execução orçamentária vinculado ao objetivo do Mapa Estratégico do MPRS, ligado à Gestão Orçamentária, atingiu a meta prevista. Demonstra-se, assim, o esforço empregado pela instituição no sentido de garantir os recursos necessários ao desenvolvimento de suas atividades.

DESPESAS COM INVESTIMENTOS E INVERSÕES

Em relação aos R\$15.397.968,83 destinados a Despesas de Capital, destaca-se que os valores mais expressivos são referentes aos investimentos empregados em Obras e Instalações e em Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC), conforme demonstrado na tabela:

DESPESAS DE CAPITAL – INVESTIMENTOS E INVERSÕES

Obras e Instalações	10.831.848,73
Tecnologia da Informação e Comunicação - TIC	3.894.583,00
Outros Investimentos Diversos	671.537,10
TOTAL	15.397.968,83

*Valores em R\$

AQUISIÇÕES DE BENS E SERVIÇOS

O ano de 2021 refletiu os anos anteriores, igualmente auferindo-se economia diante dos procedimentos licitatórios, em especial pela Cotação Eletrônica de Preços (Lei Estadual 13.179/2009) e pelo Pregão Eletrônico (Lei Estadual 13.191/2009), conforme demonstrado:

MODALIDADE	VALOR ESTIMADO	VALOR LICITADO	ECONOMIA	ECONOMIA
Tomadas de Preços	9.713.406,29	8.513.585,05	1.199.821,24	12,35%
Pregões Eletrônicos	23.942.992,99	14.489.887,55	9.453.105,44	39,48%
Cotações Eletrônicas	344.781,13	291.837,94	52.943,19	15,36%
TOTAL	34.001.180,41	23.295.310,54	10.705.869,87	31,48%

*Valores em R\$

A efetiva economia alcançada nos procedimentos licitatórios foi de 31,48%, perfazendo o total de R\$ 10.705.869,87 de recursos orçamentários economizados.

Destaca-se ainda que, em determinados procedimentos, o percentual economizado superou a marca de 50%, como por exemplo, na contratação de horas de consultoria técnica especializada em plataforma de produtos Microsoft Office 365 e pacotes para treinamento dos administradores e técnicos que prestam suporte aos usuários.

DOAÇÕES PATRIMONIAIS EFETUADAS A OUTROS ÓRGÃOS/ENTIDADES

Nossa política de cooperação com outras instituições públicas do Estado, por meio de doação de bens substituídos em atualização patrimonial, prosseguiu em 2021, conforme demonstrado:

ESPÉCIE DE BEM	QUANTIDADE
Condicionadores de ar	168
Microcomputadores e notebooks	222
Outros bens de informática	290
Mobiliário	693
Som e imagem	02
Veículos	02
Outros bens	166
TOTAL	1.543

As doações foram destinadas à Polícia Civil, à Brigada Militar, à Superintendência de Serviços Penitenciários, prefeituras, escolas municipais e estaduais, conselhos tutelares, além de associações e fundações de utilidade pública.

Também, destaca-se que o MPRS integra o Programa Sustentar.e, instituído por meio do Decreto Estadual 53.307/2016, que trata da destinação e do descarte ambientalmente adequado de ativos eletroeletrônicos de órgãos e de entidades do Estado. Em 2021, foram repassados 409 itens.

O Sustentar.e é fundamentado no conjunto de princípios, objetivos e diretrizes da Política Nacional de Educação Ambiental, no Plano Estadual de Resíduos Sólidos e na Política Nacional de Resíduos Sólidos, cuja lei sujeita pessoas físicas e jurídicas, de domínio público ou privado, responsáveis, direta ou indiretamente, pela geração de resíduos sólidos e possui caráter social, ambiental e de utilidade pública.

INFRAESTRUTURA PREDIAL

SEDES PRÓPRIAS

No ano de 2021, foram inauguradas as sedes de Constantina e São José do Ouro, ambas construídas próximas às novas instalações do Fórum, com conceitos de arquitetura sustentável, iluminação de lâmpadas LED, acessibilidade em todo o prédio e bicicletário. Em maio, foi inaugurado o novo prédio das Promotorias de Justiça de Passo Fundo, com sete andares e área total de 7,4 mil m².

Atualmente, o Ministério Público do Rio Grande do Sul

conta com 161 sedes próprias, sendo 152 no Interior e nove em Porto Alegre. Quatorze Promotorias de Justiça estão instaladas em espaços locados, sendo oito locações do Tribunal de Justiça, seis no Interior e duas em Porto Alegre, e seis locações de terceiros, no Interior.

A programação de 2021 totalizou 46.462,97 m² de área trabalhada, dividida em construções, ampliações e melhorias.

APOIO A PROJETOS

Em consonância com o objetivo estratégico “fortalecer a parceria com os setores público, privado, sociedade civil organizada e comunidade em geral, o MPRS apoia o Projeto do Complexo Social Cidade dos Anjos, do Centro Social Padre Pedro Leonardi e da Mitra Metropolitana de Porto Alegre.

Coube à instituição a fiscalização das obras de

construção de três casas lares, locais de atendimento para crianças em situação de vulnerabilidade, atendidas por pai e mãe social, em espaço residencial. As obras foram concluídas em 2021 e, atualmente, o Ministério Público assessora e fiscaliza a construção do prédio multiuso do complexo cujo estaqueamento foi finalizado em dezembro, para profissionalização dos jovens atendidos.

